

# **ANEXO I**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	160050-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE	TIAGO SOARES BISOGNO	15/04/2026 09:40 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64579.000004/2026-73

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual aquisição de marcapassos e cardiodesfibriladores com os respectivos acessórios e acompanhamento de programador durante o procedimento cirúrgico, e material de consumo para atender o setor do Laboratório de análises clínicas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Catmat	Descritivo	Apresentação	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
GRUPO I						
1	480767	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - câmara dupla MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, BICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
2	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 1.	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso
3	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa.Obs.: compatível com item 2	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.						
GRUPO II						

4	480755	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - câmara única MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, UNICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso
5	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 4.	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso
6	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável.. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 5.	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.						
GRUPO III						
7	480785	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - MULTISSÍTIO MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, ressinchronizador átrio-biventricular TRICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
8	438342	Eletrodo de estimulação pela veia cardíaca (SEIO CORONÁRIO), transvenoso, polo QUADRIPOlar (LV-1, LV-2, LV-3, LV-4), introduzido sobre fio-guia, câmara estimulada ventrículo esquerdo, comprimento mínimo 75 cm, compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 7	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
9	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 7	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso
10	448119	01 BAINHA para canulação de SEIO CORONÁRIO, revestimento interno hidrofílico, ponta atraumática, com válvula incorporada na bainha, e conexão lateral tipo luer lock para injeção de contraste, material radiopaco para acompanhamento na fluoroscopia, com curvas variadas para o seio coronário, comprimento mínimo 45cm, diâmetro externo mínimo de 9F e interno de 7F, acompanhada de dilatador interno da bainha 01 GUIA OTW (OVER THE WIRE) 0,014” hidrofílica, ponta em “J” ou ponta reta, para canulação do SEIO CORONÁRIO junto ao eletrodo de seio coronário, comprimento mínimo 150cm 01 SISTEMA DE CORTE DE BAINHA de SEIO CORONÁRIO, composto por cortador específico de bainha de seio, guia longa, conexões / torneirinhas, seringa. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 8.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
11	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 9.	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.						
GRUPO IV						

12	480720	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), MULTISSÍTIO, GERADOR, implante definitivo com marca-passo definitivo multissítio, em TITÂNIO, SISTEMA DF4/IS-4, condicional para RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
13	438337	Eletrodo para cardiodesfibrilador; DUPLO COIL OU COIL ÚNICO; fixação ativa; COMPRIMENTO 58 A 65 CM; CONEXÃO DF-4. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
14	438342	Eletrodo de estimulação pela veia cardíaca (SEIO CORONÁRIO), transvenoso, polo QUADRIPOlar (LV-1, LV-2, LV-3, LV-4), introduzido sobre fio-guia, câmara estimulada ventrículo esquerdo, comprimento mínimo 75 cm, compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
15	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
16	448119	01 BAINHA para canulação de SEIO CORONÁRIO, revestimento interno hidrofílico, ponta atraumática, com válvula incorporada na bainha, e conexão lateral tipo luer lock para injeção de contraste, material radiopaco para acompanhamento na fluoroscopia, com curvas variadas para o seio coronário, comprimento mínimo 45cm, diâmetro externo mínimo de 9F e interno de 7F, acompanhada de dilatador interno da bainha 01 GUIA OTW (OVER THE WIRE) 0,014” hidrofílica, ponta em “J” ou ponta reta, para canulação do seio coronário junto ao eletrodo de seio coronário, comprimento mínimo 150cm 01 SISTEMA DE CORTE DE BAINHA de SEIO CORONÁRIO, composto por cortador específico de bainha de seio, guia longa, conexões / torneirinhas, seringa. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 14.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
17	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com itens 13 e 15.	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso

A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.

#### GRUPO V

18	480717	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), BICAMERAL, implante definitivo, SISTEMA DF4, compatível com MRI. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso
19	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 18.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
20	480274	Eletrodo para cardioversor desfibrilador, BIPOLAR, ENDOCARDICO, DUPLO COIL OU COIL ÚNICO, com fixação ativa (extensível/retrátil), com corticoide, DIÂMETRO MAXIMO DE 9 F, com isolamento, CONEXÃO DF-4. compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 18.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
21	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com itens 19 e 20.	Unidade	20	Sigiloso	Sigiloso

A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.

ITENS DIVERSOS (NÃO AGRUPADOS)						
22	438330	Eletrodo EPICÁRDICO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	15	Sigiloso	Sigiloso
23	459918	Catéter diagnóstico, curva deflectível 7F para canular o seio coronário	Unidade	15	Sigiloso	Sigiloso
24	417113	Catéter diagnóstico curva fixa 5F para canular seio coronário	Unidade	15	Sigiloso	Sigiloso
25	480714	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), BICAMERAL, implante definitivo, SISTEMA DF1, compatível com MRI. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso /cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso
26	480722	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO(RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-4 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-1 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso
27	480728	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO(RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-1 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-1 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais:</b>	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso

		programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.				
28	480726	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO(RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-1 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-4 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	Sigiloso	Sigiloso
29	478834	Bainha para implante de ELETRODO SEPTAL PROFUNDO/HIS, ponta ATRAUMÁTICA e radiopaca na fluoroscopia, com válvula integrada ao corpo da bainha e conexão luer lock para injeção de contraste, revestimento interno hidrofílico, DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO 9F E INTERNO MÍNIMO 6,5F, MÍNIMO DE 03 CURVAS DE RAIOS DIFERENTES DISPONÍVEIS, COMPRIMENTO MÍNIMO DA BAINHA 40CM. Acompanha sistema de corte da bainha e guia longa. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	Sigiloso	Sigiloso
<b>GRUPO VI</b>						
30	479398	Etiqueta em papel couchê branco medindo 50x25mm em uma carreira com Ribbon de cera medindo 110x91mm, equivalente à quantidade de etiquetas. Apresentação Unidade	Unidade	350.000	Sigiloso	Sigiloso
31	246811	Bobina de papel termossensível (bobina térmica) para impressoras de Cupom com Memória de Fita Detalhe (MFD) com as seguintes especificações: largura 80 mm, diâmetro 60 mm e comprimento 40 metros, produzida em papel térmico de 56 g/m² com capacidade de preservar a impressão por 5 anos. Apresentação Rolo	Unidade	1.000	Sigiloso	Sigiloso

#### Das Especificações do Grupo N° VI (30 e 31)

I – Impressoras Térmicas para Etiquetas Couchê e Bobina de Papel Termossensível:

1. Para o Item nº 30 a empresa licitante deverá fornecer 6(seis) Impressoras Térmicas capazes de imprimir etiquetas de código de barras de transferência térmica padronizada pelo HGEF e desenvolver programa de impressão de etiquetas; deverá interligar o layout da etiqueta com o sistema operacional utilizado pelo Laboratório, fazendo o Interfaceamento das etiquetas com os outros processos;

2. Para o Item nº 31 a empresa licitante deverá fornecer 6(seis) Impressoras Térmicas para impressão de papel térmico em bobina com as seguintes características:

I – Velocidade de impressão para texto e gráficos: 300 mm/seg;

II – Memória Padrão: Dados 128Kbytes e 256Kbytes de Flash;

III – Interface: Ethernet, USB e Seria l ou Paralela e USB;

IV – Método de Impressão: Térmica Direta de linhas;

V – Resolução: 203dpi;

VI – Capacidade da Bobina: 83 mm de diâmetro; e ainda deverá interligar o layout da bobina térmica com o sistema operacional utilizado pelo Laboratório;

3. A CONTRATADA deverá entregar o(s) equipamento(s) com todos os acessórios de fábrica, se houver, devidamente testados e aprovados tecnicamente, com todos os detalhes das características

técnicas;

4.A CONTRATADA manter o(s) equipamento(s) diariamente no âmbito da COMODATÁRIA, garantindo o funcionamento normal de cada unidade;

5.A CONTRATADA deverá manter o(s) equipamento(s) fornecidos em posse da COMODATÁRIA até o término dos produtos fornecidos pela COMODANTE, conforme Termo de Referência;

6. Os pedidos serão efetuados sempre pela quantidade mensal de consumo do laboratório do HGEF. Caso a apresentação dos produtos ofertados tenham mais unidades do que a necessidade mensal do HGEF solicitado no empenho, os excedentes não serão pagos pelo HGEF, ficando às expensas da empresa contratada;

7. A Empresa arrematante deverá disponibilizar, em no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato e emissão da primeira Nota de Empenho As Impressoras Térmicas deste grupo, novas em perfeitas condições de uso (com garantia de funcionalidade pelo fabricante) ou quando seminovas deverão possuir laudos emitidos por assistência técnica autorizada que garanta a sua perfeita funcionalidade de acordo com as exigências do edital e seus anexos, instalado e funcionando no laboratório, do modelo ofertado e seus acessórios necessários;

8. A empresa vencedora deste grupo deverá realizar as manutenções preventivas de acordo com o protocolo específico de cada equipamento;

9. Deverá realizar as manutenções corretivas com reposição de peças sem ônus adicional para o HGEF. Caso as impressoras dos itens nº 30 e 31 do Grupo nº VI apresentem defeitos, o prazo para chegada de um técnico será de até 2(duas) horas e a resolução do problema não deve ultrapassar 4 (quatro) horas após a abertura do chamado e caso não seja possível resolver o problema constatado nesse prazo, o vencedor comprometer-se-á a substituir a impressora defeituosa por outra em perfeitas condições de uso;

10. A empresa arrematante deverá ter assistência e assessoria técnica comprovadamente local (Fortaleza/CE ou Região Metropolitana de Fortaleza/CE), bem como os profissionais responsáveis pelos atendimentos técnicos, tenham comprovadamente vínculo empregatício com a empresa;

11. A execução dos serviços será iniciada em até 20 (vinte) dias úteis após assinatura do contrato e emissão da Nota de Empenho, período este destinado à instalação, operacionalização e funcionamento de todos os equipamentos constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

GRUPO VII						
32	334364	Reação de identificação e Teste de sensibilidade a antimicrobianos (MIC) para Bacilos Gram Negativos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.500	Sigiloso	Sigiloso
33	334363	Reação de identificação e Testes de sensibilidade a antimicrobianos (MIC) para Cocos Gram Positivos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.000	Sigiloso	Sigiloso
34	334362	Reação de identificação e Testes de sensibilidade a fungigrama para Fungos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.000	Sigiloso	Sigiloso
35	326923	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com Ágar Sangue de Carneiro 5% em meio de cultura geral para isolamento de hemolíticos, placas com agarose de cor vermelha, com pH 7,14 com certificado de atividade bacteriológica para: Streptococcus pyogenes ATCC19615 (hemólise beta); Streptococcus pneumoniae ATCC6305 (hemólise alfa); Staphylococcus aureus ATCC25923 hemólise beta sob a colônia) e Escherichia coli ATCC25922. Unidade	Unidade	1.000	Sigiloso	Sigiloso
36	397125	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar Cromogênico para o isolamento, contagem e identificação direta dos micro-organismos urinários, E. coli, proteus, citrobacter, enterococcus e Kesc RRM amostras de urina num único passo. Unidade	Unidade	4.000	Sigiloso	Sigiloso
37	326357	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar MacConkey. Unidade	Unidade	1.000	Sigiloso	Sigiloso
38	326359	Placas de petri de 145 mm de diâmetro, pronta para uso, com Ágar Mueller Hinton. Unidade	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
39	473359	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar Cromogênico seletivo, destinado para o isolamento e detecção de bactérias GramNegativas com sensibilidade reduzida à maioria dos antibióticos da classe dos carbapenêmicos (KPC). Unidade	Unidade	1.000	Sigiloso	Sigiloso

## **Das Especificações do Grupo N° VII - (Itens nº32 ao 39)**

### **1. Analisador(Equipamento) da Microbiologia Automatizada:**

1. Uma unidade incubador processadora capaz de incubar a suspensão bacteriana, adicionar os reagentes necessários e executar a leitura por colorimetria e/ou turbidimetria; possuir sistema automatizado dotado de banco de dados capaz de fornecer variedades de relatórios estatísticos e de controle de infecção hospitalar; possuir programa para análise dos laudos que detecte os mecanismos de resistência bacteriana, com possibilidade de configurar o laudo conforme definição dos 7 de 24 farmacêuticos do setor de microbiologia do LAC/HGeF; capaz de emitir de relatórios estatísticos que permitam análise de perfis de susceptibilidade/resistência, incidência de microrganismos por clínicas ou tipo de material, busca de dados por múltiplos parâmetros, e informes diversos com cruzamento dos dados de cadastramento do paciente; permitir acesso contínuo a todas as amostras e reagentes durante o seu funcionamento; Monitorar todas as funções críticas do processamento; Possibilitar a rastreabilidade de resultados e amostras; Monitoramento total durante o processamento das amostras, incluindo alertas operativos; Painéis de identificação para micro-organismos Gram Positivos, Gram Negativos e Leveduras;

2. Para perfeita execução do teste de identificação, o ajuste da suspensão de microrganismo deverá ser realizado através de turbidimetria, para tanto, a CONTRATADA deverá fornecer instrumento, compatível com o equipamento de identificação e teste de sensibilidade, para medição da turbidez.

3. A empresa vencedora deverá se responsabilizar pela reposição de kits ou insumos em caso de perdas decorridas por problemas com o equipamento fornecido, transporte ou problemas inerentes aos lotes dos kits/insumos utilizados;

3. Apresentar e possibilitar o interfaceamento com o sistema próprio de informática do Hospital Geral de Fortaleza com armazenamento dos resultados, bem como fornecer os microcomputadores e impressoras necessárias à instalação do sistema de interface e impressão dos resultados, e ainda garantir a manutenção preventiva e corretiva do software e hardware;

4. O equipamento deverá ser entregue no laboratório do Hospital Geral de Fortaleza e deverá ser calibrado após a entrega;

5. Ser a versão mais atualizada, estar em perfeitas condições de uso e, caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, ser substituído ou atualizado sem custo adicional para a Contratante;

6. A empresa licitante deverá ainda, oferecer treinamento, atualização e capacitação para o pessoal técnico da seção, bem como serviço de manutenção preventiva e corretiva com assistência técnica 24 horas, todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, comparecendo ao local de atendimento em até quatro horas após o chamado. Em caso de o equipamento necessitar de reparo corretivo, o fornecedor terá o prazo máximo de 48 horas para o conserto. Caso não haja reparo o equipamento deverá ser substituído por outro equipamento de iguais condições e adequado para uso do Laboratório em até 7 (sete) dias a partir da data de abertura do chamado;

7. Caso o fornecimento de alguns itens da proposta seja descontinuado de forma provisória ou definitiva, a empresa se responsabilizará pelos custos com laboratórios de apoio. E também caso o material solicitado não seja entregue no período devido e este atraso influencie na rotina de execução, liberação e prazos de exames, a critério do CONTRATANTE, em processo a ser gerenciado pela Chefia do Laboratório do HGeF, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da execução dos exames correspondentes em um laboratório de apoio de escolha do CONTRATANTE. Neste caso a contratada será também responsável pela apanha das amostras, conferência, encaminhamento e devolução dos resultados dos exames;

8. A CONTRATADA fica também sujeita a realizar a mudança do local de instalação do aparelho caso haja necessidade do contratante, sem ônus para União.

9. Ter registro no Ministério da Saúde (MS), em plena validade;

10. Ser acompanhado de manual de operação completo impresso; Ser a versão mais atualizada, estar em perfeitas condições de uso e, caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, ser substituído ou atualizado sem custo adicional para a Contratante;

## **II – Dos Reagentes e Insumos para a Microbiologia Automatizada e Placas de Meio de Cultura**

(Itens 30 a 37)

1. Todos os reagentes, calibradores e demais insumos fornecidos, necessários ao bom funcionamento do equipamento utilizado para realização das dosagens, deverão ser dos mesmos equipamentos ofertados e originais, lacrados de fábrica. Serão aceitos controles multiconstituintes desde que tenha compatibilidade para o equipamento ofertado e reconhecida qualidade e certificação;

2. Todos os reagentes e insumos deste grupo funcional deverão possuir seus registros junto ao ministério da saúde, em plena validade;

3. Deverá disponibilizar também todo o material envolvido na manutenção, limpeza, desobstrução e instalação e funcionamento do equipamento para as realizações dos exames;

4. O(s) material(is), no ato da entrega, deverá(ão) apresentar prazo de validade igual ou superior a dois terços do prazo de validade total estipulado pelo fabricante;

5. Produtos prontos para uso, com marcação a jato de tinta na parte externa contendo a identificação do produto, números de lote, série de registro no Ministério da Saúde e a data de validade em todas as unidades. Esta gravação deve ser colocada sem que haja prejuízo da visualização da superfície do meio no interior da placa;

6. Os meios de cultura devem ser entregues em placas confeccionadas em material/reagente descartável, medindo 90 mm de diâmetro (exceto quando especificado) e contendo um volume mínimo de 25mL de meio por placa;

7. O meio deve apresentar superfície plana, sem inclinação lateral; com ausência de bolhas e de crescimento bacteriano evidente (contaminação) e com o mínimo de água de condensação; pH e aparência como cor, consistência, homogeneidade, umidade e profundidade favoráveis ao isolamento bacteriano;

8. As placas devem ser oticamente transparentes, permitindo a máxima visualização das colônias bacterianas bem como possibilitar o empilhamento adequado;

9. As unidades devem ser embaladas em saco plástico transparente, resistente e sem danos com no mínimo 5 (cinco) unidades por pacote, constando identificação externa, composição, condições de armazenamento, número de lote, validade, procedência e número de registro no Ministério da Saúde;

10. Os meios de cultura fornecidos devem ser estáveis, reprodutíveis e apresentar o desempenho esperado quanto ao crescimento e recuperação bacteriana, qualitativa e quantitativamente;

11. Todas as placas do lote deverão apresentar certificado de controle de qualidade (emitido pelo setor de qualidade do fabricante), no qual devem constar: aspecto, cor, pH e peso, atividade bacteriológica, com descrição das bactérias ATCC para as quais foram testados, Teste de esterilidade.



12. Padronização de todos os produtos relacionados neste LOTE, ou seja, todos os meios de cultura devem ser do mesmo fabricante.
13. O produto deverá ser apresentado no local da entrega acondicionado em recipiente externo que permita manter durante o transporte temperatura de cerca de 2 C a 8 C;
14. A empresa se compromete a realizar a troca do(s) meio(s) danificado(s), evidenciados no momento da entrega ou antes do uso, em situações que caracterizem defeito na produção, sem custos adicionais ao hospital, para o produto que apresentar: a) Crescimento bacteriano ou fúngico, característico de contaminação prévia (antes do emprego do meio na prática laboratorial); b) Rachadura (s) na placa ou tubo contendo o meio de cultura; c) Espessura de meio irregularmente distribuída; d) Consistência inadequada do meio de cultura; e) Excesso de água e/ou umidade; f) Duas datas de validade distintas na mesma embalagem e g) Superfície de meio ressecada.
15. A cotação vencedora deste item será aquela do licitante que apresentar menor valor global do mesmo;
16. Será desclassificada a licitante que não cotar todos os itens do grupo;
17. Os pedidos dos materiais serão efetuados sempre pela quantidade mensal de consumo do HGeF;
18. A empresa arrematante deverá disponibilizar uma amostra do produto, caso solicitado, para laudo técnico de qualidade, a ser realizado pelo Laboratório do HGeF;
19. A empresa arrematante deverá fornecer registro dos produtos deste grupo junto ao Ministério da Saúde;
20. O material, no ato da entrega, deverá apresentar prazo de validade igual ou superior a dois terços do prazo de validade total estipulado pelo fabricante;
21. Os materiais para realização dos exames deverão preencher os requisitos da resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005 da ANVISA/MS, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Além disso, deverá observar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança nos termos da Lei nº 4.150-62.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante (s).

Item	Catmat	Descritivo	Apresentação	Quantidade	Requisição Máxima	Requisição Mínima
1	480767	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - câmara dupla MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, BICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	02	01
2	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 1.	Unidade	20	04	01
3	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa.Obs.: compatível com item 2	Unidade	20	04	01
4	480755	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - câmara única MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, UNICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	05	02	01
5	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 4.	Unidade	05	04	01
6	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável.. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 5.	Unidade	05	04	01
7	480785	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - MULTISSÍTIO MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, ressincronizador átrio-biventricular TRICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de	Unidade	10	02	01

		interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.				
8	438342	Eletrodo de estimulação pela veia cardíaca (SEIO CORONÁRIO), transvenoso, polo QUADRIPOlar (LV-1, LV-2, LV-3, LV-4), introduzido sobre fio-guia, câmara estimulada ventrículo esquerdo, comprimento mínimo 75 cm, compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 7	Unidade	10	04	01
9	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 7	Unidade	20	04	01
10	448119	01 BAINHA para canulação de SEIO CORONÁRIO, revestimento interno hidrofílico, ponta atraumática, com válvula incorporada na bainha, e conexão lateral tipo luer lock para injeção de contraste, material radiopaco para acompanhamento na fluoroscopia, com curvas variadas para o seio coronário, comprimento mínimo 45cm, diâmetro externo mínimo de 9F e interno de 7F, acompanhada de dilatador interno da bainha 01 GUIA OTW (OVER THE WIRE) 0,014" hidrofílica, ponta em "J" ou ponta reta, para canulação do SEIO CORONÁRIO junto ao eletrodo de seio coronário, comprimento mínimo 150cm 01 SISTEMA DE CORTE DE BAINHA de SEIO CORONÁRIO, composto por cortador específico de bainha de seio, guia longa, conexões / torneirinhas, seringa. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 8.	Unidade	10	04	01
11	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 9.	Unidade	20	04	01
12	480720	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), MULTISSÍTIO, GERADOR, implante definitivo com marca-passo definitivo multissítio, em TITÂNIO, SISTEMA DF4/IS-4, condicional para RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	02	01
13	438337	Eletrodo para cardiodesfibrilador; DUPLO COIL OU COIL ÚNICO; fixação ativa; COMPRIMENTO 58 A 65 CM; CONEXÃO DF-4. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	04	01
14	438342	Eletrodo de estimulação pela veia cardíaca (SEIO CORONÁRIO), transvenoso, polo QUADRIPOlar (LV-1, LV-2, LV-3, LV-4), introduzido sobre fio-guia, câmara estimulada ventrículo esquerdo, comprimento mínimo 75 cm, compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	04	01
15	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	04	01
16	448119	01 BAINHA para canulação de SEIO CORONÁRIO, revestimento interno hidrofílico, ponta atraumática, com válvula incorporada na bainha, e conexão lateral tipo luer lock para injeção de contraste, material radiopaco para acompanhamento na fluoroscopia, com curvas variadas para o seio coronário, comprimento mínimo 45cm, diâmetro externo mínimo de 9F e interno de 7F, acompanhada de dilatador interno da bainha 01 GUIA OTW (OVER THE WIRE) 0,014" hidrofílica, ponta em "J" ou ponta reta, para canulação do seio coronário junto ao eletrodo de seio coronário, comprimento mínimo 150cm 01 SISTEMA DE CORTE DE BAINHA de SEIO CORONÁRIO, composto por cortador específico de bainha de seio, guia longa, conexões / torneirinhas, seringa. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 14.	Unidade	10	04	01
17	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com itens 13 e 15.	Unidade	20	04	01

18	480717	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), BICAMERAL, implante definitivo, SISTEMA DF4, compatível com MRI. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	20	02	01
19	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 18.	Unidade	10	04	01
20	480274	Eletrodo para cardioversor desfibrilador, BIPOLAR, ENDOCARDICO, DUPLO COIL OU COIL ÚNICO, com fixação ativa (extensível/retrátil), com corticoide, DIÂMETRO MAXIMO DE 9 F, com isolamento, CONEXÃO DF-4, compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 18.	Unidade	10	04	01
21	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com itens 19 e 20.	Unidade	20	04	01
22	438330	Eletrodo EPICÁRDICO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	15	04	01
23	459918	Catéter diagnóstico, curva deflectível 7F para canular o seio coronário	Unidade	15	04	01
24	417113	Catéter diagnóstico curva fixa 5F para canular seio coronário	Unidade	15	04	01
25	480714	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), BICAMERAL, implante definitivo, SISTEMA DF1, compatível com MRI. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	02	01
26	480722	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO (RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-4 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-1 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá</b>	Unidade	05	02	01

		enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.				
27	480728	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO (RESSINCRONIZADOR); MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-1 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-1 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	02	01
28	480726	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO (RESSINCRONIZADOR); MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-1 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-4 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	02	01
29	478834	Bainha para implante de ELETRODO SEPTAL PROFUNDO/HIS, ponta ATRAUMÁTICA e radiopaca na fluoroscopia, com válvula integrada ao corpo da bainha e conexão luer lock para injeção de contraste, revestimento interno hidrofílico, DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO 9F E INTERNO MÍNIMO 6,5 F, MÍNIMO DE 03 CURVAS DE RAIOS DIFERENTES DISPONÍVEIS, COMPRIMENTO MÍNIMO DA BAINHA 40CM. Acompanha sistema de corte da bainha e guia longa. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	04	01
30	479398	Etiqueta em papel couchê branco medindo 50x25mm em uma carreira com Ribbon de cera medindo 110x91mm, equivalente à quantidade de etiquetas. Apresentação Unidade	Unidade	350.000	100.000	50.000
31	246811	Bobina de papel termossensível (bobina térmica) para impressoras de Cupom com Memória de Fita Detalhe (MFD) com as seguintes especificações: largura 80 mm,	Unidade	1.000	200	50

		diâmetro 60 mm e comprimento 40 metros, produzida em papel térmico de 56 g/m² com capacidade de preservar a impressão por 5 anos. Apresentação Rolo				
32	334364	Reação de identificação e Teste de sensibilidade a antimicrobianos (MIC) para Bacilos Gram Negativos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.500	250	50
33	334363	Reação de identificação e Testes de sensibilidade a antimicrobianos (MIC) para Cocos Gram Positivos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.000	200	50
34	334362	Reação de identificação e Testes de sensibilidade a fungigrama para Fungos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.000	200	50
35	326923	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com Ágar Sangue de Carneiro 5% em meio de cultura geral para isolamento de hemolíticos, placas com agarose de cor vermelha, com pH 7,14 com certificado de atividade bacteriológica para: Streptococcus pyogenes ATCC19615 (hemólise beta); Streptococcus pneumoniae ATCC6305 (hemólise alfa); Staphillococcus aureus ATCC25923 hemólise beta sob a colônia) e Escherichia coli ATCC25922. Unidade	Unidade	1.000	200	50
36	397125	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar Cromogênico para o isolamento, contagem e identificação direta dos micro-organismos urinários, E. coli, proteus, citrobacter, enterococcus e Kesc RRM amostras de urina num único passo. Unidade	Unidade	4.000	500	50
37	326357	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar MacConkey. Unidade	Unidade	1.000	200	50
38	326359	Placas de petri de 145 mm de diâmetro, pronta para uso, com Ágar Mueller Hinton. Unidade	Unidade	500	100	50
39	473359	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar Cromogênico seletivo, destinado para o isolamento e detecção de bactérias GramNegativas com sensibilidade reduzida à maioria dos antibióticos da classe dos carbapenêmicos (KPC). Unidade	Unidade	1.000	200	50

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa dias) contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000020/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 182;

IV) Classe/Grupo:6515- INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 160050-9/2026.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, de caráter compulsório.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marcas e modelos.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Na presente contratação não haverá vedação de marcas, características ou modelo.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Não serão solicitadas amostras.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, não será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação**

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens de consumo será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira em horário de expediente da unidade somente nos dias úteis, no horário compreendido entre 7 às 12 horas (segunda a sexta) ou das 13:30 às 15 horas (segunda a quinta) e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras, o desrespeito ao horário de entrega desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo o licitante retornar dentro do horário de expediente para a respectiva entrega, sem custos para a Administração Pública.

5.1.1.1. A contratada, mediante solicitação prévia da contratante, quando houver necessidade, deverá entregar os produtos adquiridos diretamente nos hospitais e clínicas credenciadas ao Fundo de Saúde do Exército (Fusex), na Cidade de Fortaleza, para viabilizar o atendimento aos beneficiários do Sammed/Fusex, nestes nosocômios. A contratada não poderá, sob qualquer pretexto, arcar junto as OCS credenciadas, qualquer custo ou taxa referente a guarda, estocagem, esterilização, manipulação ou operacionalização dos bens licitados.

5.1.1.2. A contratada deverá observar as rotinas de entrega de materiais das OCS (Organizações Civis de Saúde) credenciadas para fins de guarda, estocagem, esterilização, manipulação ou operacionalização.

5.1.1.3. Os nomes, endereços e telefones das OCS (Organizações Civis de Saúde) credenciadas ao Fusex poderão ser consultadas na página do HGeF na internet ou através do link: [https://hgef.eb.mil.br/images/editais/Fusex/LISTA\\_OCS\\_PSA\\_PARA\\_CONSULTAS\\_CONTROLE\\_atualizada.pdf](https://hgef.eb.mil.br/images/editais/Fusex/LISTA_OCS_PSA_PARA_CONSULTAS_CONTROLE_atualizada.pdf).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Setor de Farmácia Hospitalar, Hospital Geral de Fortaleza/CE – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza - CE CEP 60.170-001, horário: das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

5.3.1. No caso de produtos com prazo de validade, esta da entrega por ocasião da entrega do objeto, o mesmo deverá apresentar os seguintes critérios de validade:

5.3.1.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação; e

5.3.1.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. O recebimento de material definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 24% (vinte e quatro por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 18% (dezoito por cento) a 24% (vinte e quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 12% (doze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 06% (seis por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 01% (um por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **Cessão de Crédito**

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que data de 03 de fevereiro de 2026, em considerando as planilhas referenciais, na abertura da sessão pública.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ~~ou de maior desconto~~ por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços, constante no relatório de pesquisa de preços.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, de caráter compulsório.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

12.2. Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I - (Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato);

12.2.2. Anexo II - (Termo de Ciência e Concordância).

12.3. Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, o seguinte apêndice:

12.3.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021**

### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o subitem 1.4 do TR (90 dias contados da confirmação do recebimento da nota de empenho).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação. ou para qualificação na contratação direta;

4.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

4.1.12. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.13. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.15. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.16. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Estado do Ceará, Seção Judiciária de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 900...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Fortaleza -CE, ..... de ..... de 202\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HELAINÉ CRISTINA ALVES DE VASCONCELOS**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 12:03:29.

**CLAUDINO CARVALHO CALDEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 09:40:47.

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminho á autoridade competente.

**CARLOS EDSON DE SOUSA CARNEIRO**

Presidente da comissão de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 10:26:21.*

Despacho: Aprovo o presente TR. Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de aquisições, licitações e Contratos (SALC) conforme proposto.

**ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 14:23:13.*

## **Apendice I - (Estudo Técnico Preliminar) ao Termo de Referência**



## HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

**Estudo Técnico Preliminar 1/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64579.000004/2026-73

**2. Descrição da necessidade****Marcapassos, Cardiodesfibriladores, Etiquetas para Código de Barra, Bobinas, Teste Microbiológicos Laboratoriais e Meios de Cultura****2.1. Problema colocado para Administração Pública**

2.1.1. Viabilizar o atendimento dos pacientes com o fornecimento de marcapassos e cardiodesfibriladores com os respectivos acessórios e acompanhamento de programador durante o procedimento cirúrgico, bem como atender o setor microbiologia do HGeF com testes automatizados e Meios de Cultura, além de Etiquetas para código de barra, com regime de comodato, bem com o objetivo de otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o Sistema SAMMED/FUSEX – na Área da 10ª Região Militar.

**2.2. Soluções possíveis para o problema colocado para Administração Pública**

2.2.1. Encaminhar os pacientes para atendimento nas Organizações civis de saúde conveniadas, não realizando os procedimentos no HGeF. Contudo, isso gera custos de encaminhamento, cujos valores são maiores que os custos de realização dos procedimentos na rede interna; Além de prejudicar a sustentabilidade do HGeF.

2.2.2. Transladar os pacientes para outras Organizações Militares de Saúde do Brasil. Consequentemente provocando um transtorno social aos usuários do sistema, devido ao deslocamento do paciente e seu acompanhante para fora do município de Fortaleza.

2.2.3. Disponibilizar os insumos para viabilizar o atendimento dos pacientes no HGeF, através da contratação dos fornecedores com o serviço público federal, sendo possível a contratação nos 02 formatos abaixo:

2.2.3.1. (Opção 01): Realizar licitação para firmar-se contrato de fornecimento continuado, com vigência de até 05 anos, prorrogável por igual período na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.3.1.1. Contudo, para esta formatação, devem ser estimados os quantitativos anuais, solicitados por ordem de fornecimento com certa previsibilidade de requisição (mensal, bimestral, semestral) para os quantitativos efetivamente necessários para o período, prevendo-se prazo de entrega para cada pedido. No prazo estipulado em contrato, a contratada fatura todo o período e encaminha para liquidação e pagamento.

2.2.3.2. (Opção 02): Realizar licitação com Sistema de Registro de Preços, esta opção é válida já que muitos destes bens não são de fato objeto de aquisição essencial e rotineira. Para muitos itens, não há sequer certeza de sua aquisição, embora exista a concreta necessidade de que estejam aptos para imediata obtenção. Para estes produtos é recomendável a licitação para Sistema de Registro de Preços.

### 2.3. Solução final a ser adotada pela administração pública

2.3.1. Disponibilizar os insumos para viabilizar o atendimento dos pacientes no HGeF, através da contratação dos fornecedores com o serviço público federal, através de licitação com Sistema de Registro de Preços, conforme justificado no subitem 2.2.3.2 para os itens de nº 01 até nº 29; e Realizar licitação para firmar-se contrato de fornecimento continuado, com vigência de até 05 anos, prorrogável por igual período, para os itens nº 30 até nº 31.

2.3.2. A contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Organização Militar de Saúde (OMS) para que não haja estoques desnecessários.

2.3.4. É posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Depósito de Material Cirúrgico	Claudino Carcalho Caldeira - Cap Farm
Laboratório de Análise Clínicas	Carlos Edson de Sousa Carneiro - Maj Farm

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Faz-se necessário ainda que os produtos que obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.2. O prazo de entrega dos bens de consumo será 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, no endereço constante do Termo de Referência. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

4.3. Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira em horário de expediente da unidade somente nos dias úteis, no horário compreendido entre 7 às 12 horas (segunda a sexta) ou das 13:30 às 15 horas (segunda a quinta), o desrespeito ao horário de entrega desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo o licitante retornar dentro do horário de expediente para a respectiva entrega, sem custos para a Administração Pública.

4.3.1. A contratada, mediante solicitação prévia da contratante, quando houver necessidade, deverá entregar os produtos adquiridos diretamente nos hospitais e clínicas credenciadas ao Fundo de Saúde do Exército (Fussex), na Cidade de Fortaleza, para viabilizar o atendimento aos beneficiários do Sammed/Fussex, nestes nosocômios. A contratada não poderá, sob qualquer pretexto, arcar junto as OCS credenciadas, qualquer custo ou taxa referente a guarda, estocagem, esterilização, manipulação ou operacionalização dos bens licitados.

4.3.2. A contratada deverá observar as rotinas de entrega de materiais das OCS (Organizações Civis de Saúde) credenciadas para fins de guarda, estocagem, esterilização, manipulação ou operacionalização.

4.3.3. Os nomes, endereços e telefones das OCS (Organizações Cíveis de Saúde) credenciadas ao Fusex poderão ser consultadas na página do HGeF na internet ou através do link: [https://hgef.eb.mil.br/images/editais/Fusex/LISTA\\_OCS\\_PSA\\_PARA\\_CONSULTAS\\_CONTROLE\\_atualizada.pdf](https://hgef.eb.mil.br/images/editais/Fusex/LISTA_OCS_PSA_PARA_CONSULTAS_CONTROLE_atualizada.pdf).

4.4. No caso de produtos com prazo de validade, esta da entrega por ocasião da entrega do objeto, o mesmo deverá apresentar os seguintes critérios de validade, cujo descumprimento da entrega nessas condições sujeita à Contratada a aplicação das sanções previstas no Edital.

4.4.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação; e

4.4.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação.

4.5. Em caso de proibição e/ou suspensão na fabricação, recolhimento de lotes pela ANVISA ou qualquer outro fato comprovado que prejudique a qualidade e segurança dos insumos, a contratada se responsabilizará pela troca dos itens bem como deverá manter um suporte técnico para orientação em caso de alterações físico-químicas e/ ou efeitos adversos relacionados aos produtos. No caso de impossibilidade de troca do produto a contratada deverá recolher o valor referente ao material recolhido por força de proibição ou suspensão da ANVISA por GRU (Guia de Recolhimento a União) no prazo máximo de 30 dias da retirada produto ou notificação da contratada para retirada do produto proibido ou suspenso.

4.6. A contratada deverá ser responsável pela verificação com relação as capacidades da embalagem e seus múltiplos a fim de evitar o fracionamento, devendo ser respeitada as normas para embalagem, envase e fracionamento de cada produto.

4.7. A contratada é responsável pelo transporte adequado dos insumos, respeitando as orientações de armazenamento e transporte peculiares de cada item devendo, portanto se certificar de que os itens chegarão íntegros e mantendo preservadas as suas qualidades e segurança durante todo o transporte, e que poderá ser realizado por terceiros sem ônus para esta OMS por meio de empresas especializadas para esta finalidade. Podendo ser realizado via correios, desde que garanta as condições de acondicionamento dos materiais e não gere custos a esta OMS no que tange a possíveis devoluções.

4.8. No ato de recebimento dos insumos por esta OMS, é de responsabilidade da contratada realizar a entrega acompanhada da Nota Fiscal, Nota de Empenho e qualquer outro documento pertinente ao produto.

4.9. A Nota fiscal deverá conter: número da nota de empenho, descrição do produto, quantidade, lote, validade, apresentação e valor unitário conforme descrito no empenho bem como a natureza da operação como nota de vendas e CNPJ de acordo com a Nota de Empenho. Não serão aceitas notas fiscais que contenham apenas nome comercial ou marca, tendo a obrigatoriedade de constar a descrição dos produtos, dos princípios ativos ou substâncias conforme prevê o edital.

4.10. Há necessidade de manutenção de telefones, endereços e correios eletrônicos atualizados, mesmo em tempos de crises ou pandemias.

4.11. Quando o produto contratado não estiver disponível para entrega dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento do E-mail de solicitação do material pelo DMC (Depósito de material cirúrgico) do HGeF, caberá a contratada comunicar a contratante para que a mesma possa viabilizar uma possível alternativa de substituição e controle de estoque.

4.12. Caso haja alguma inconsistência entre a descrição do produto entregue com o descritivo do empenho caberá a contratada remeter a proposta ofertada no Comprasnet, da ata de homologação e do empenho no ato da entrega.

- 4.13. A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia Geral da União, em sua versão mais atualizada.
- 4.14. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.15. Será obrigatória a comprovação, no momento da entrega dos materiais, da identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo de qualidade emitido pelo fabricante nos termos da legislação sanitária conforme exigências do Art.16, inciso II da Lei 6360/76.
- 4.16. Os itens deverão ser transportados e entregues, devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, sob pena de devolução dos mesmos e substituição por outro lote, diferente do apresentado inicialmente.
- 4.17. Os itens que necessitam de condições específicas de temperatura de armazenamento devem ser transportados respeitando-se as mesmas.
- 4.18. O Depósito de material cirúrgico não receberá os itens entregues pelas empresas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, violadas ou em estado de conservação que impossibilitem a sua utilização, ou ainda, com os números de lotes desacompanhados de laudo de controle de qualidade de liberação do lote pelo fabricante.
- 4.19. Para produtos fabricados no exterior, deverá ser apresentado laudo de controle de qualidade expedido pelo fabricante, em língua portuguesa ou traduzido por tradutor juramentado, inclusive em caso de terceirização do processo produtivo.
- 4.20. Caso os itens sejam devolvidos pela Administração Pública, a substituição dos mesmos deverá ser realizada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação ao fornecedor registrado.
- 4.21. A não substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis constitui motivo para cancelamento da Ata de Registro, conforme Art. 28, inciso I, do Decreto n.º 11.462 de 31 de março de 2023, c/c. Art. 82, inciso IX da Lei nº. 14.133 /2021. Caberá ao fornecedor arcar com as despesas de embalagem e frete dos materiais a serem substituídos.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Verificou-se que para atender a solução dada ao problema alocado para administração pública no Item 2 do ETP, que a opção mais vantajosa para Administração Pública seria a confecção de processo licitatório pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de material de consumo (marcapassos e cardiodesfibriladores).
- 5.2. Conforme o artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 que indica algumas opções para realizar busca do levantamento do mercado, e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração”, desta forma, a referida pesquisa de outros ETPs de outras UASGs foi realizada, conforme tabela abaixo.

Pesquisas de ETPs de outras UASGs

UASG	Orgão	Estudo Técnico Preliminar	Objeto
92501	HCFMB	369/2024	Aquisição de marcapasso cardíaco
			Sistema de Registro de Preços para aquisição de GERADORES, ELETRODOS E INTRODUTORES

92201	Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (Campus)	151/2025	DEMARCAPASSO visando a manutenção dos atendimentos realizados pela disciplina da Cirurgia Cardíaca - Marcapasso no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (Campus),
-------	--	----------	--

5.3. O art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei. No caso em tela optou-se pela compra dos materiais.

5.4 Assim, a solução escolhida é a mesma que já vem sendo utilizada por esta OMS, por este motivo, não se vislumbra nenhuma dificuldade de atendimento desta demanda, pois qualquer empresa ou pessoa física que atue no fornecimento de insumos e que detenha experiência no objeto estará apta a participar do certame, conforme tem se verificado nas últimas licitações realizadas.

5.5. Para a contratação em tela, também foram analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio de pesquisa no site Portal de Compras do Governo Federal - [http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_texto.asp](http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_texto.asp), com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidade.

5.5.1. O levantamento de mercado foi ampliado, por meio de pesquisa de editais com objetos e naturezas de contratações bastante similares, conforme quadro abaixo:

#### Pesquisas de contratações de outras UASGs

UASG	Certame	Objeto
155914	Pregão: 90034 /2025	Pregão Eletrônico - Aquisição de MMH (MATERIAL MÉDICO DE USO GERAL), em prol do Hospital Universitário Alcides Carneiro filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HUAC-UFCG/EBSERH)
986001	Pregão: 90343 /2025	Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de cateter venoso central, cateter de termo diluição swan ganz, cateter nasal, conjunto de cateteres com balão, cabo de marca-passo, conjunto para monitorização hemodinâmica e sistema introdutor, pertencente à classe 6515, a fim de abastecer unidades de saúde, hospitais e maternidades da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
155124	Pregão: 90061 /2025	Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de regular de Materiais Cardiovasculares, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian - Humap/UFMS

5.6. Com base no referido levantamento, verificou-se que a solução escolhida, é a que mais se aproxima dos requisitos definidos, que mais promove a competição, bem como é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado, motivo pelo qual não foi necessária a utilização de audiência pública para coleta de contribuições.

5.7. Por fim, tem-se que a contratação almejada consistirá no fornecimento de insumos na modalidade de SRP, amplamente licitados e contratados por todos os órgãos da administração pública, que não possuem exigências ou especialidades complexas que dificultamos fornecedores de cumprirem com o pactuado.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Diante da necessidade do Hospital Geral de Fortaleza e 10ª Região Militar, em adquirir materiais médico-hospitalares padronizados, com o objetivo de otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o SISTEMA SAMMED/FUSEX – na 10ª Região Militar, verificou-se que para atender a solução dada ao problema alocado para administração pública no Item

2 do ETP, que a opção mais vantajosa para administração pública seria a confecção de processo licitatório pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de material de consumo (marcapassos e cardiodesfibriladores).

6.2. Trata-se de aquisição a se fazer mediante Sistema de Registro de Preço (SRP) através de Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e o prazo de vigência de Ata de Registro de Preço será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para os itens de nº 01 ao nº 29, e com vigência de contrato de 05 anos, prorrogável por igual período para os itens de nº 30 até nº 39.

6.2.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

6.3. Ademais, o valor estimado encontra-se de acordo com o mercado praticado junto administração pública, conforme comprovado no relatório de pesquisa de preços em anexo ao processo eletrônico.

6.4. Por se tratar de insumos para uso regular e por nem sempre serem itens disponíveis no mercado nacional, entende-se que a aquisição através de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para aquisição dos mesmos. A contratação por SRP se justifica, pois se trata de demanda para atendimento ao HGeF, ao longo do ano que se segue, conforme forem ocorrendo às necessidades. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência administrativa e economicidade e uma gestão eficiente de controle, conforme previsto no incisos I e II do art. 3º do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

6.5. Por fim, optou-se pela contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento dos referidos insumos nas quantidades estabelecidas no prazo de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, podendo ou não ser empenhado o quantitativo total de cada item de acordo com a demanda desta OMS.

6.6. A contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Organização Militar de Saúde (OMS) para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo maior economia e flexibilidade na aquisição dos materiais e por entender, ainda, que haverá a necessidade de contratações frequentes, conforme os incisos I e II, do Art 3º, do Decreto nº 11.462/23.

6.7. A natureza do objeto a ser adquirido nessa licitação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, os quais se encontram discriminados no item 7.2. deste ETP.

6.8. Órgão Gerenciador: Hospital Geral de Fortaleza/MD-CE, UASG 160050 – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3089-6308, horário: das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

6.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.10. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

6.11. Para o material em tela não há previsão de aquisição de produto manufaturado nacional beneficiado por critérios normativos de margem de preferência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos estipulados do itens discriminados foram baseados conforme movimento registrado no Sistema de controle físico (SISCOFIS), em anexo ao ETP, como pelo levantamento realizado pelo Depósito de Material Cirúrgico (DMC) e levantamento do programa de gerenciamento do laboratório de Análises Clínicas( COMPLAB) no sentido de atender as demandas do serviço, evitando encaminhamentos à Organizações Cívis de Saúde conveniadas.

7.2. Os quantitativos a serem contratados são demonstrados na tabela do Abaixo.

Item	Catmat	Descriativo	Apresentação	Quantidade	Memória		Percentual de variação
					2024	2025	
GRUPO I							
1	480767	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - câmara dupla MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, BICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	10	10	0%
2	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 1.	Unidade	20	20	20	0%
3	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa.Obs.: compatível com item 2	Unidade	20	20	20	0%
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.							
GRUPO II							
		MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - câmara única MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, UNICAMERAL, verificação					

4	480755	continua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	05	05	05	0%
5	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 4.	Unidade	05	05	05	0%
6	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável.. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 5.	Unidade	05	05	05	0%
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.							
<b>GRUPO III</b>							
7	480785	MARCAPASSO CARDÍACO DEFINITIVO - MULTISSÍTIO MULTIPROGRAMÁVEL, com carcaça em TITÂNIO compatível com ressonância magnética, ressincronizador átrio-biventricular TRICAMERAL, verificação contínua de captura, capacidade de monitorização dos eletrodos e automaticidade nos parâmetros. ESTÉRIL, de uso único. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	10	10	0%
8	438342	Eletrodo de estimulação pela veia cardíaca (SEIO CORONÁRIO), transvenoso, polo QUADRIPOlar (LV-1, LV-2, LV-3, LV-4), introduzido sobre fio-guia, câmara estimulada ventrículo esquerdo, comprimento mínimo 75 cm, compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 7	Unidade	10	10	10	0%
9	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 7	Unidade	20	20	20	0%
		01 BAINHA para canulação de SEIO CORONÁRIO, revestimento interno					



10	448119	hidrofílico, ponta atraumática, com válvula incorporada na bainha, e conexão lateral tipo luer lock para injeção de contraste, material radiopaco para acompanhamento na fluoroscopia, com curvas variadas para o seio coronário, comprimento mínimo 45cm, diâmetro externo mínimo de 9F e interno de 7F, acompanhada de dilatador interno da bainha 01 GUIA OTW (OVER THE WIRE) 0,014” hidrofílica, ponta em “J” ou ponta reta, para canulação do SEIO CORONÁRIO junto ao eletrodo de seio coronário, comprimento mínimo 150cm 01 SISTEMA DE CORTE DE BAINHA de SEIO CORONÁRIO, composto por cortador específico de bainha de seio, guia longa, conexões / torneirinhas, seringa. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 8.	Unidade	10	10	10	0%
11	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 9.	Unidade	20	20	20	0%
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.							
<b>GRUPO IV</b>							
12	480720	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), MULTISSÍTIO, GERADOR, implante definitivo com marca-passo definitivo multissítio, em TITÂNIO, SISTEMA DF4/IS-4, condicional para RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	10	10	0%
13	438337	Eletrodo para cardiodesfibrilador; DUPLO COIL OU COIL ÚNICO; fixação ativa; COMPRIMENTO 58 A 65 CM; CONEXÃO DF-4. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	10	10	0%
14	438342	Eletrodo de estimulação pela veia cardíaca (SEIO CORONÁRIO), transvenoso, polo QUADRIPOlar (LV-1, LV-2, LV-3, LV-4), introduzido sobre fio-guia, câmara estimulada ventrículo esquerdo, comprimento mínimo 75 cm, compatível com ressonância magnética. Deve possuir	Unidade	10	10	10	0%

		registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.					
15	438333	Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 12.	Unidade	10	10	10	0%
16	448119	01 BAINHA para canulação de SEIO CORONÁRIO, revestimento interno hidrofílico, ponta atraumática, com válvula incorporada na bainha, e conexão lateral tipo luer lock para injeção de contraste, material radiopaco para acompanhamento na fluoroscopia, com curvas variadas para o seio coronário, comprimento mínimo 45cm, diâmetro externo mínimo de 9F e interno de 7F, acompanhada de dilatador interno da bainha 01 GUIA OTW (OVER THE WIRE) 0,014" hidrofílica, ponta em "J" ou ponta reta, para canulação do seio coronário junto ao eletrodo de seio coronário, comprimento mínimo 150cm 01 SISTEMA DE CORTE DE BAINHA de SEIO CORONÁRIO, composto por cortador específico de bainha de seio, guia longa, conexões / torneirinhas, seringa. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com item 14.	Unidade	10	10	10	0%
17	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs: compatível com itens 13 e 15.	Unidade	20	20	20	0%
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.							
<b>GRUPO V</b>							
18	480717	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), BICAMERAL, implante definitivo, SISTEMA DF4, compatível com MRI. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	20	20	20	0%
		Eletrodo ENDOCÁRDIO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância					

19	438333	magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 18.	Unidade	10	10	10	0%
20	480274	Eletrodo para cardioversor desfibrilador, BIPOLAR, ENDOCARDICO, DUPLO COIL OU COIL ÚNICO, com fixação ativa (extensível/retrátil), com corticoide, DIÂMETRO MAXIMO DE 9 F, com isolamento, CONEXÃO DF-4. compatível com ressonância magnética. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com item 18.	Unidade	10	10	10	0%
21	448116	Introdutor de punção para implantação de ELETRODO ENDOCARDICO. Introdutor DESCARTÁVEL, BIPARTIDO, estéril, perfil sistema implantável, USO ÚNICO, CALIBRE DE 7 A 11 F: para uso em veia subclavia ou jugular; kit consistindo de: dilatador venoso com introdutor; fio guia; agulha para punção; seringa descartável. Deve possuir registro na Anvisa. Obs.: compatível com itens 19 e 20.	Unidade	20	20	20	0%
A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.							
ITENS DIVERSOS (NÃO AGRUPADOS)							
22	438330	Eletrodo EPICÁRDICO DEFINITIVO para implante de marcapasso, de fixação ativa, compatível com ressonância magnética. ESTÉRIL. De uso único. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	15	15	15	0%
23	459918	Catéter diagnóstico, curva deflectível 7F para canular o seio coronário	Unidade	15	15	15	0%
24	417113	Catéter diagnóstico curva fixa 5F para canular seio coronário	Unidade	15	15	15	0%
25	480714	Cardioversor desfibrilador implantável (CDI), BICAMERAL, implante definitivo, SISTEMA DF1, compatível com MRI. Estéril, uso único, embalagem individual com dados de identificação, lote e prazo de validade. Capacidade de interrogação /programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso /cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá</b>	Unidade	05	05	05	0%

		enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.					
26	480722	<p>Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO (RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-4 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-1 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso /cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b></p>	Unidade	05	05	05	0%
		Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO (RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios					

27	480728	com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-1 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-1 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/ cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.</b>	Unidade	05	05	05	0%
28	480726	Cardiodesfibrilador com MULTISSÍTIO (RESSINCRONIZADOR): MARCAPASSO MULTISSÍTIO e DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR IMPLANTÁVEL, AMBOS EM UM MESMO APARELHO; compatível com ressonância magnética; capacidade de programação independente das câmaras estimuladas e das câmaras sentidas; testes de limiar de captura de ventrículo direito e ventrículo esquerdo independentes; frequência de histerese no intervalo av/pv; diagrama contendo os últimos episódios com informação detalhada; TERAPIA MÁXIMA DE CHOQUE: DE NO MÍNIMO 35 JOULES ENTREGUES; largura de pulso e amplitude de pulso independentes no ventrículo direito e ventrículo esquerdo. CONEXÃO DF-1 NO VENTRÍCULO DIREITO E CONEXÃO IS-4 NO VENTRÍCULO ESQUERDO PARA TROCA. Capacidade de interrogação/programação dos parâmetros via wireless incorporado ao sistema. Deve possuir registro na Anvisa. <b>Obs: A vencedora deverá disponibilizar o equipamento de programação por telemetria no momento do ato cirúrgico. O equipamento deve incluir os seguintes materiais: programador de marcapasso/ cardiodesfibrilador por telemetria, cabos de conexão (se necessário ao gerador), módulo de indução eletromagnética (de</b>	Unidade	05	05	05	0%

		acordo com a tecnologia utilizada pelo gerador) e leitores de dados que realizem a avaliação e registro das informações do marcapasso/cardiodesfibrilador. Adicionalmente a vencedora deverá enviar um técnico especializado em programação, que ficará disponível durante o transcorrer do procedimento, garantindo o suporte e assegurando a realização do implante, troca ou extração do sistema.					
29	478834	Bainha para implante de ELETRODO SEPTAL PROFUNDO/HIS, ponta ATRAUMÁTICA e radiopaca na fluoroscopia, com válvula integrada ao corpo da bainha e conexão luer lock para injeção de contraste, revestimento interno hidrofílico, DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO 9F E INTERNO MÍNIMO 6,5F, MÍNIMO DE 03 CURVAS DE RAIOS DIFERENTES DISPONÍVEIS, COMPRIMENTO MÍNIMO DA BAINHA 40CM. Acompanha sistema de corte da bainha e guia longa. Deve possuir registro na Anvisa.	Unidade	10	10	10	0%
<b>GRUPO VI</b>							
30	479398	Etiqueta em papel couchê branco medindo 50x25mm em uma carreira com Ribbon de cera medindo 110x91mm, equivalente à quantidade de etiquetas. Apresentação Unidade	Unidade	350.000	350000	350000	0%
31	246811	Bobina de papel termossensível (bobina térmica) para impressoras de Cupom com Memória de Fita Detalhe (MFD) com as seguintes especificações: largura 80 mm, diâmetro 60 mm e comprimento 40 metros, produzida em papel térmico de 56 g/m² com capacidade de preservar a impressão por 5 anos. Apresentação Rolo	Unidade	1.000	1000	1000	0%
<p><b>Das Especificações do Grupo N° VI (30 e 31)</b></p> <p>I – Impressoras Térmicas para Etiquetas Couchê e Bobina de Papel Termossensível:</p> <p>1. Para o Item nº 30 a empresa licitante deverá fornecer 6(seis) Impressoras Térmicas capazes de imprimir etiquetas de código de barras de transferência térmica padronizada pelo HGEF e desenvolver programa de impressão de etiquetas; deverá interligar o layout da etiqueta com o sistema operacional utilizado pelo Laboratório, fazendo o Interfaceamento das etiquetas com os outros processos;</p> <p>2. Para o Item nº 31 a empresa licitante deverá fornecer 6(seis) Impressoras Térmicas para impressão de papel térmico em bobina com as seguintes características:</p> <p>I – Velocidade de impressão para texto e gráficos: 300 mm/seg;</p> <p>II – Memória Padrão: Dados 128Kbytes e 256Kbytes de Flash;</p> <p>III – Interface: Ethernet, USB e Serial ou Paralela e USB;</p> <p>IV – Método de Impressão: Térmica Direta de linhas;</p> <p>V – Resolução: 203dpi;</p> <p>VI – Capacidade da Bobina: 83 mm de diâmetro; e ainda deverá interligar o layout da bobina térmica com o sistema operacional utilizado pelo Laboratório;</p> <p>3. A CONTRATADA deverá entregar o(s) equipamento(s) com todos os acessórios de fábrica, se houver, devidamente testados e aprovados tecnicamente, com todos os detalhes das características técnicas;</p> <p>4.A CONTRATADA manter o(s) equipamento(s) diariamente no âmbito da COMODATÁRIA, garantindo o funcionamento normal de cada unidade;</p>							

5.A CONTRATADA deverá manter o(s) equipamento(s) fornecidos em posse da COMODATÁRIA até o término dos produtos fornecidos pela COMODANTE, conforme Termo de Referência;

6. Os pedidos serão efetuados sempre pela quantidade mensal de consumo do laboratório do HGEF. Caso a apresentação dos produtos ofertados tenham mais unidades do que a necessidade mensal do HGEF solicitado no empenho, os excedentes não serão pagos pelo HGEF, ficando às expensas da empresa contratada;

7. A Empresa arrematante deverá disponibilizar, em no máximo 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato e emissão da primeira Nota de Empenho As Impressoras Térmicas deste grupo, novas em perfeitas condições de uso (com garantia de funcionalidade pelo fabricante) ou quando seminovas deverão possuir laudos emitidos por assistência técnica autorizada que garanta a sua perfeita funcionalidade de acordo com as exigências do edital e seus anexos, instalado e funcionando no laboratório, do modelo ofertado e seus acessórios necessários;

8. A empresa vencedora deste grupo deverá realizar as manutenções preventivas de acordo com o protocolo específico de cada equipamento;

9. Deverá realizar as manutenções corretivas com reposição de peças sem ônus adicional para o HGEF. Caso as impressoras dos itens nº 30 e 31 do Grupo nº VI apresentem defeitos, o prazo para chegada de um técnico será de até 2(duas) horas e a resolução do problema não deve ultrapassar 4 (quatro) horas após a abertura do chamado e caso não seja possível resolver o problema constatado nesse prazo, o vencedor comprometer-se-á a substituir a impressora defeituosa por outra em perfeitas condições de uso;

10. A empresa arrematante deverá ter assistência e assessoria técnica comprovadamente local (Fortaleza/CE ou Região Metropolitana de Fortaleza/CE), bem como os profissionais responsáveis pelos atendimentos técnicos, tenham comprovadamente vínculo empregatício com a empresa;

11. A execução dos serviços será iniciada em até 20 (vinte) dias úteis após assinatura do contrato e emissão da Nota de Empenho, período este destinado à instalação, operacionalização e funcionamento de todos os equipamentos constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

#### GRUPO VII

32	334364	Reação de identificação e Teste de sensibilidade a antimicrobianos (MIC) para Bacilos Gram Negativos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.500	1500	1500	0%
33	334363	Reação de identificação e Testes de sensibilidade a antimicrobianos (MIC) para Cocos Gram Positivos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.000	1000	1000	0%
34	334362	Reação de identificação e Testes de sensibilidade a fungigrama para Fungos por leitura automatizada em cartões ou painéis de substratos bioquímicos + reagentes adicionais. Apresentação Teste	Teste	1.000	1000	1000	0%
35	326923	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com Ágar Sangue de Carneiro 5% em meio de cultura geral para isolamento de hemolíticos, placas com agarose de cor vermelha, com pH 7,14 com certificado de atividade bacteriológica para: Streptococcus pyogenes ATCC19615 (hemólise beta); Streptococcus pneumoniae ATCC6305 (hemólise alfa); Staphilococcus aureus ATCC25923 hemólise beta sob a colônia) e Escherichia coli ATCC25922. Unidade	Unidade	1.000	1000	1000	0%

36	397125	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar Cromogênico para o isolamento, contagem e identificação direta dos micro-organismos urinários, E. coli, proteus, citrobacter, enterococcus e Kesc RRM amostras de urina num único passo. Unidade	Unidade	4.000	4000	4000	0%
37	326357	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar MacConkey. Unidade	Unidade	1.000	1000	1000	0%
38	326359	Placas de petri de 145 mm de diâmetro, pronta para uso, com Ágar Mueller Hinton.Unidade	Unidade	500	500	500	0%
39	473359	Placas de petri de 90 mm de diâmetro, pronta para uso, com meio de cultura Ágar Cromogênico seletivo, destinado para o isolamento e detecção de bactérias GramNegativas com sensibilidade reduzida à maioria dos antibióticos da classe dos carbapenêmicos (KPC). Unidade	Unidade	1.000	1000	1000	0%

#### **Das Especificações do Grupo N° VII - (Itens nº32 ao 39)**

##### **1. Analisador(Equipamento) da Microbiologia Automatizada:**

1. Uma unidade incubador processadora capaz de incubar a suspensão bacteriana, adicionar os reagentes necessários e executar a leitura por colorimetria e/ou turbidimetria; possuir sistema automatizado dotado de banco de dados capaz de fornecer variedades de relatórios estatísticos e de controle de infecção hospitalar; possuir programa para análise dos laudos que detecte os mecanismos de resistência bacteriana, com possibilidade de configurar o laudo conforme definição dos 7 de 24 farmacêuticos do setor de microbiologia do LAC/HGeF; capaz de emitir de relatórios estatísticos que permitam análise de perfis de susceptibilidade/resistência, incidência de microrganismos por clínicas ou tipo de material, busca de dados por múltiplos parâmetros, e informes diversos com cruzamento dos dados de cadastramento do paciente; permitir acesso contínuo a todas as amostras e reagentes durante o seu funcionamento; Monitorar todas as funções críticas do processamento; Possibilitar a rastreabilidade de resultados e amostras; Monitoramento total durante o processamento das amostras, incluindo alertas operativos; Painéis de identificação para micro-organismos Gram Positivos, Gram Negativos e Leveduras;



2. Para perfeita execução do teste de identificação, o ajuste da suspensão de microrganismo deverá ser realizado através de turbidimetria, para tanto, a CONTRATADA deverá fornecer instrumento, compatível com o equipamento de identificação e teste de sensibilidade, para medição da turbidez.
3. A empresa vencedora deverá se responsabilizar pela reposição de kits ou insumos em caso de perdas decorridas por problemas com o equipamento fornecido, transporte ou problemas inerentes aos lotes dos kits/insumos utilizados;
3. Apresentar e possibilitar o interfaceamento com o sistema próprio de informática do Hospital Geral de Fortaleza com armazenamento dos resultados, bem como fornecer os microcomputadores e impressoras necessárias à instalação do sistema de interface e impressão dos resultados, e ainda garantir a manutenção preventiva e corretiva do software e hardware;
4. O equipamento deverá ser entregue no laboratório do Hospital Geral de Fortaleza e deverá ser calibrado após a entrega;
5. Ser a versão mais atualizada, estar em perfeitas condições de uso e, caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, ser substituído ou atualizado sem custo adicional para a Contratante;
6. A empresa licitante deverá ainda, oferecer treinamento, atualização e capacitação para o pessoal técnico da seção, bem como serviço de manutenção preventiva e corretiva com assistência técnica 24 horas, todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, comparecendo ao local de atendimento em até quatro horas após o chamado. Em caso de o equipamento necessitar de reparo corretivo, o fornecedor terá o prazo máximo de 48 horas para o conserto. Caso não haja reparo o equipamento deverá ser substituído por outro equipamento de iguais condições e adequado para uso do Laboratório em até 7 (sete) dias a partir da data de abertura do chamado;
7. Caso o fornecimento de alguns itens da proposta seja descontinuado de forma provisória ou definitiva, a empresa se responsabilizará pelos custos com laboratórios de apoio. E também caso o material solicitado não seja entregue no período devido e este atraso influencie na rotina de execução, liberação e prazos de exames, a critério do CONTRATANTE, em processo a ser gerenciado pela Chefia do Laboratório do HGeF, a CONTRATADA deverá arcar com os custos da execução dos exames correspondentes em um laboratório de apoio de escolha do CONTRATANTE. Neste caso a contratada será também responsável pela apanha das amostras, conferência, encaminhamento e devolução dos resultados dos exames;
8. A CONTRATADA fica também sujeita a realizar a mudança do local de instalação do aparelho caso haja necessidade do contratante, sem ônus para União.
9. Ter registro no Ministério da Saúde (MS), em plena validade;
10. Ser acompanhado de manual de operação completo impresso; Ser a versão mais atualizada, estar em perfeitas condições de uso e, caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, ser substituído ou atualizado sem custo adicional para a Contratante;

## II – Dos Reagentes e Insumos para a Microbiologia Automatizada e Placas de Meio de Cultura (Itens 30 a 37)

1. Todos os reagentes, calibradores e demais insumos fornecidos, necessários ao bom funcionamento do equipamento utilizado para realização das dosagens, deverão ser dos mesmos equipamentos ofertados e originais, lacrados de fábrica. Serão aceitos controles multiconstituintes desde que tenha compatibilidade para o equipamento ofertado e reconhecida qualidade e certificação;
2. Todos os reagentes e insumos deste grupo funcional deverão possuir seus registros junto ao ministério da saúde, em plena validade;
3. Deverá disponibilizar também todo o material envolvido na manutenção, limpeza, desobstrução e instalação e funcionamento do equipamento para as realizações dos exames;
4. O(s) material(is), no ato da entrega, deverá(ão) apresentar prazo de validade igual ou superior a dois terços do prazo de validade total estipulado pelo fabricante;
5. Produtos prontos para uso, com marcação a jato de tinta na parte externa contendo a identificação do produto, números de lote, série de registro no Ministério da Saúde e a data de validade em todas as unidades. Esta gravação deve ser colocada sem que haja prejuízo da visualização da superfície do meio no interior da placa;
6. Os meios de cultura devem ser entregues em placas confeccionadas em material/reagente descartável, medindo 90 mm de diâmetro (exceto quando especificado) e contendo um volume mínimo de 25mL de meio por placa;
7. O meio deve apresentar superfície plana, sem inclinação lateral; com ausência de bolhas e de crescimento bacteriano evidente (contaminação) e com o mínimo de água de condensação; pH e aparência como cor, consistência, homogeneidade, umidade e profundidade favoráveis ao isolamento bacteriano;
8. As placas devem ser oticamente transparentes, permitindo a máxima visualização das colônias bacterianas bem como possibilitar o empilhamento adequado;
9. As unidades devem ser embaladas em saco plástico transparente, resistente e sem danos com no mínimo 5 (cinco) unidades por pacote, constando identificação externa, composição, condições de armazenamento, número de lote, validade, procedência e número de registro no Ministério da Saúde;
10. Os meios de cultura fornecidos devem ser estáveis, reproduzíveis e apresentar o desempenho esperado quanto ao crescimento e recuperação bacteriana, qualitativa e quantitativamente;
11. Todas as placas do lote deverão apresentar certificado de controle de qualidade (emitido pelo setor de qualidade do fabricante), no qual devem constar: aspecto, cor, pH e peso, atividade bacteriológica, com descrição das bactérias ATCC para as quais foram testados, Teste de esterilidade.
12. Padronização de todos os produtos relacionados neste LOTE, ou seja, todos os meios de cultura devem ser do mesmo fabricante.

13.O produto deverá ser apresentado no local da entrega acondicionado em recipiente externo que permita manter durante o transporte temperatura de cerca de 2 C a 8 C;

14.A empresa se compromete a realizar a troca do(s) meio(s) danificado(s), evidenciados no momento da entrega ou antes do uso, em situações que caracterizem defeito na produção, sem custos adicionais ao hospital, para o produto que apresentar: a) Crescimento bacteriano ou fúngico, característico de contaminação prévia (antes do emprego do meio na prática laboratorial); b) Rachadura (s) na placa ou tubo contendo o meio de cultura; c) Espessura de meio irregularmente distribuída; d) Consistência inadequada do meio de cultura; e) Excesso de água e/ou umidade; f) Duas datas de validade distintas na mesma embalagem e g) Superfície de meio ressecada.

15.A cotação vencedora deste item será aquela do licitante que apresentar menor valor global do mesmo;

16.Será desclassificada a licitante que não cotar todos os itens do grupo;

17.Os pedidos dos materiais serão efetuados sempre pela quantidade mensal de consumo do HGeF;

18.A empresa arrematante deverá disponibilizar uma amostra do produto, caso solicitado, para laudo técnico de qualidade, a ser realizado pelo Laboratório do HGeF;

19.A empresa arrematante deverá fornecer registro dos produtos deste grupo junto ao Ministério da Saúde;

20.O material, no ato da entrega, deverá apresentar prazo de validade igual ou superior a dois terços do prazo de validade total estipulado pelo fabricante;

21.Os materiais para realização dos exames deverão preencher os requisitos da resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005 da ANVISA/MS, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Além disso, deverá observar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança nos termos da Lei nº 4.150-62.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1,00

8.1. Os valores estimados e a análise dos preços são demonstrados nas pesquisas de preço em anexo ao processo eletrônico

8.1.1. A junção de aquisição de bens e da prestação de serviços (disponibilização de equipamentos, serviços considerados como acessórios ao fornecimento) em um único item, faz-se necessário que seja comum no mercado a própria empresa fornecedora dos bens promover a prestação de tais serviços (tratando-se essa uma obrigação acessória), de forma que a pesquisa de preços contemple também as obrigações acessórias.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, o objeto deverá ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU de 10/11/2004).

9.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.3. No tocante aos itens agrupados que necessitam ser compatíveis entre si por estarem vinculados a execução do procedimento cirúrgico, a serem justificados no item 13 deste ETP, excepcionalmente não cabe o parcelamento por item.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGeF conforme o Plano de Gestão do HGeF, pois contribuirá para:

11.2. Consecução da missão do HGeF: "Prestar atendimento médico-hospitalar humanizado e de qualidade aos seus clientes, em nível secundário e terciário de saúde. Dar suporte à 10ª RM no tocante às missões que comportam a necessidade da utilização de profissionais de saúde para a sua consecução. Participar das atividades normativas da 10ª RM quando solicitado";

11.3. Para fins do Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. A aquisição de insumos para manutenção da vida orgânica do HGeF e a execução de sua finalidade assistencial estão contidos dentro do Plano de Contratação Anual e do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

## 12. Instrumentos de Governança

12.1. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o **Plano de Contratações Anual – PAC**, de que trata o art. 12, VII. 72.

12.2. O **PCA** constitui instrumento de governança, descrito na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal, conforme disposto no seu art. 6º, inciso II. 73.

12.3 A contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022.

12.4. O **Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS** se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. A contratação pretendida está alinhada com o PLS do HGeF.

## 13. Formação de Grupos Funcionais

13.1. Verificou-se a necessidade de formação de grupos funcionais no referido estudo técnico preliminar conforme as justificativas abaixo:

13.2. Materiais com necessidade agrupamento para o melhor desenvolvimento técnico: Grupo **I** até Grupo **V**. Os materiais utilizados em uma cirurgia necessitam ter compatibilidade técnica entre si. Se houver qualquer incompatibilidade por diferença entre os materiais, características específicas do fabricante, tempo de entrega, forma de esterilização, poderá haver prejuízo ao paciente, aumentando o tempo em sala, índice de infecção, levando até mesmo suspensão do ato cirúrgico. Além disso, existe obrigações acessórias ao fornecimento dos materiais, que são pormenorizadas no termo de referência. Já para os Grupos **VI** e **VII**, também necessitam ter compatibilidade técnica entre si. Diante disto, devem ser fornecidos pela mesmo fornecedor, pois de outra forma, inviabiliza o procedimento técnico e operacional.

## 14. Publicidade do Orçamento de Referência

14.1. Os orçamentos de referência extraído da pesquisa de preços, estarão sob sigilo até o final da fase competitiva, conforme previsto no Art. nº 24 da Lei 14133 de 1 de abril de 2021.

14.2 O caráter sigiloso do orçamento é justificado pelo intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas. Atendendo ao disposto no inciso XI do art. 18 da mesma lei.

## 15. Reserva de ME e EPP

15.1. Considerando o disposto no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das contratações públicas, cumpre esclarecer a fundamentação para sua não aplicação aos **Grupos I a VII** do presente certame.

15.2. Tais grupos estão diretamente vinculados ao fornecimento de equipamentos e instrumental cirúrgico especializado, além da exigência de programador, conforme estabelecido na Tabela 1.1 do Termo de Referência. A especificidade técnica e a interdependência entre os itens tornam inviável a divisão da execução entre diferentes fornecedores, o que demandaria, na prática, a presença simultânea de duas ou mais equipes distintas no centro cirúrgico, comprometendo a eficiência, a segurança e a integralidade do procedimento médico-hospitalar.

15.3. Adicionalmente, a aplicação de cotas para reserva a MEs e EPPs implicaria a fragmentação do objeto e consequente redução nos quantitativos dos itens essenciais, o que poderia resultar em kits cirúrgicos incompletos e prejudicar a realização de procedimentos complexos. Tal cenário comprometeria a funcionalidade e a coerência do objeto contratado.

15.4. Diante disso, conforme prevê o art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, e o art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, excepciona-se a obrigatoriedade de aplicação do tratamento diferenciado, por se tratar de hipótese em que sua adoção representaria prejuízo à viabilidade técnica e à execução do conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

15.5. Portanto, a dispensa do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos legais mencionados, está devidamente fundamentada sob os aspectos técnicos e jurídicos, preservando o interesse público e a eficiência da contratação.

15.6. Considerando o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das contratações públicas, cumpre esclarecer a fundamentação para sua não aplicação aos **itens de nº 22 até o nº 29** do presente certame.

15.7. Não foram encontrado um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

15.8. Diante disso, conforme prevê o art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, e o art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015, excepciona-se a obrigatoriedade de aplicação do tratamento diferenciado, por não haver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

15.9. Portanto, a dispensa do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos legais mencionados, está devidamente fundamentada sob os aspectos técnicos e jurídicos, preservando o interesse público e a eficiência da contratação.

## **16. Sustentabilidade da Contratação**

16.1. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

16.2. No planejamento da contratação serão observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

16.3. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade.

16.4. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

16.5. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, utilizamos, como subsídio, o Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

16.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, sendo observados os requisitos das legislações pertinentes a seguir:

16.6.1. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, de caráter compulsório; e

16.6.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

## **17. Vedação de Marcas e Modelos**

17.1. Não se vislumbrou a necessidade de vedação de marcas ou modelos nos itens elencados neste ETP.

## **18. Indicação de Marcas e Modelos**

18.1. Não se vislumbrou a necessidade de indicação de marcas ou modelos nos itens elencados neste ETP, com objetivo de indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto.

## **19. Exigência de Carta de Solidariedade**

19.1. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas. Desta forma, não foi vislumbrado uma justificativa para amparar a necessidade de emissão da carta de solidariedade emitida pelo fabricante em nenhum dos itens elencados nesse Estudo Técnico Preliminar.

## **20. Garantia da Contratação**

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

20.2. A garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do inciso VI do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

## **21. Exigência de Amostra**

21.1. Não se vislumbrou a necessidade de exigência de amostras nesse certame.

## **22. Catálogo de padronização de compras**

22.1. Conforme portaria SEGES/ME Nº 938, de 2 de fevereiro de 2022 foi feito a consulta ao Catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

22.2. Os Objetos a serem licitados não se encontram no referido Catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.

## **23. Consulta Prévia a IRP em andamento**

23.1. Conforme o Art. 10, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º do referido decreto, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

23.2. Desta forma, foram consultadas IRPs de UASGs locais, regionais e nacionais, disponíveis para participação, contudo, não foram encontradas IRPs que contemplassem, ao todo, os materiais elencados nesse ETP.

23.3. Após estas consultas, fica claro que a participação em várias IRPs diferentes, além de não atender a necessidade elencada nesse ETP, não elimina a necessidade de confecção do processo licitatório em questão.

23.4. Desarte, fica concluído que não é conveniente a participação nas IRPs consultadas.

## **24. Previsão Demanda - Plano de Contratações**

24.1. Conforme o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbir-se ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

24.2. Dessa forma, constatamos que a presente demanda de contratação está contemplada no plano de Contratações desta Organização Militar de Saúde.

## **25. Essencialidade e Interesse Público**

25.1. Declaração de Essencialidade e Interesse Público na contratação:

25.2. Há essencialidade e interesse público na contratação, para fins do previsto no art. 3º do decreto nº 8.540/2015, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021.

25.3. Há interesse público na contratação na perspectiva de não haver impacto ambiental negativo decorrente da mesma, conforme os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (art. 11, I, Lei nº 14.133, de 2021).

## 26. Adesão a Ata de Registro de Preços

26.1. Será concedido adesão para órgãos não participantes da Ata de Registro de Preços, conforme as condições estabelecidas no Art. 31 do Decreto nº 11.462/2023, devido aos seguintes aspectos:

26.1.1 Economia de escala e redução de custos, visto que o órgão gerenciador da ata, já fez todo o processo licitatório e conseguiu melhores condições de preços e prazo, acarretando que o órgão não participante poderá aproveitar as mesmas condições e não precisará ter custos como novo processo.

26.1.2. Agilidade no processo de contratação, visto que adesão pode acelerar aquisição dos bens ou serviços, para sanar suas necessidades e inclusive escolhendo a melhor proposta registrada.

26.1.3. Estimulação de colaboração e cooperação entre os órgãos, que faz fortalecer parcerias e troca de experiências e boas práticas na Administração Pública.

26.1.4. Fomento do desenvolvimento econômico e financeiro da sociedade como todo, pois a compra de bens e serviços mais rápidos pelos órgãos da Administração Pública, estimula as empresas produzirem em escala maior e consequentemente levando ao crescimento da economia.

26.1.5. Portanto, permitir adesão para órgãos não participantes da Ata SRP, traz inúmeros benefícios para Administração Pública e a sociedade.

## 27. Aquisição individual de itens dos Grupos

27.1 Conforme **Acórdão do TCU nº 1.347/2018 – Plenário**, "Nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, a ser utilizada apenas nos casos em que a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame. Apesar de essa modelagem ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente, admite-se tal hipótese quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item".

27.2. Destacou também que os arts. 15, inc. IV, e 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e a Súmula nº 247 do TCU afirmam o princípio do parcelamento (ou divisibilidade) do objeto como regra, e que a Administração, muitas vezes, generaliza as situações excepcionais que afastam o dever de parcelamento sob o argumento de que a licitação em poucos grupos simplificaria a atividade de gerenciamento administrativo.

27.3. O relator prosseguiu apresentando os riscos da utilização indiscriminada da adjudicação por preço global de grupo de itens, tais como a restrição ao universo de participantes, a ameaça ao princípio da competitividade, o aumento nos riscos de contratação antieconômica e a ocorrência de jogo de planilha.

27.4. Propôs, então, as seguintes respostas ao consulente, as quais foram acatadas pelo demais ministros: 9.1.1. expeça orientação às unidades administrativas sob sua jurisdição, sem prejuízo da adoção de outras ações que considerar necessárias, esclarecendo sobre o entendimento firmado nos Acórdãos 2977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário, 3.081/2016-TCU-Plenário e 1.347/2018-TCU-Plenário, bem como na presente decisão, no sentido de que, no âmbito de licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente é admitida a aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame, ou de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances, constituindo, portanto, irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de subconjunto de itens de grupo adjudicado por preço global



para os quais o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativa ao item.

27.5. Os itens agrupados poderão ser adquiridos individualmente, em quantitativos assimétricos ou não, inclusive podendo ser adquiridos na totalidade do grupo, mediante as seguintes justificativas técnicas;

27.5.1. No Grupo I ao V - Pacientes a serem submetidos a procedimentos cardiológicos de complexidade variada para cada paciente, nesse caso normalmente é utilizada uma combinação variada de OPMEs para atender os diversos procedimentos, além disso, conforme a necessidade de cada paciente, durante o procedimento cirúrgico pode ser necessário uso de OPMEs além do inicialmente planejado. Além disso, os itens só serão adquiridos de acordo com a demanda dos pacientes a serem atendidos. Desta forma, fica claro que mesmo agrupados os itens poderão ser adquiridos individualmente, especificamente para cada paciente, de forma a evitar desperdícios e dano ao erário.

27.5.2. Em relação dos grupos VI e VII, a aquisição dos insumos será de acordo com a demanda de consumo apresentada pelo laboratório de análise clínicas.

## **28. Designação da equipe de planejamento**

28.1. Após elaboração do Documento de Formalização da Demanda, deve ser providenciada a designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente, que será responsável pela confecção dos documentos que compõem a fase interna da licitação: Estudo técnico preliminar, análise de riscos, planilha e análise técnica dos preços pesquisados, termo de referência, minuta de edital e anexos.

28.2. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, dispõem que a equipe de planejamento, quando designada, tem a atribuição de elaborar o ETP e do TR (art. 8º).

28.3. Administração deve envidar esforços para que a equipe de planejamento seja composta por servidores que reúnam conhecimentos sobre os aspectos técnicos e de uso do objeto, bem como que dominem os conhecimentos para a realização de um planejamento adequado. Os servidores devem ter ciência da indicação antes da formal designação.

28.4. É recomendável que essa designação se dê por meio de portaria, que deverá apontar, no mínimo, o objeto dos serviços, a identificação dos servidores e das funções a serem exercidas e a data de entrada de vigência do ato normativo.

28.5. No caso de militares e servidores civis que trabalham em organização militares, essa designação ocorre por meio do Boletim interno (BI) ostensivo, conforme o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais - R-1 (RISG) de 19 de dezembro de 2003, que em seu TÍTULO IV (DOS SERVIÇOS GERAIS); CAPÍTULO I (DO BOLETIM INTERNO) que é transcrito a seguir:

Art. 174. O BI contém, especialmente:

*IX - os assuntos que devam ser publicados por força de regulamentos e outras disposições em vigor.*

## **29. Normas internas/procedimento operacional**

29.1. Em observância ao artigo 29 do Decreto nº 11.246/2022, cuja redação é:

*Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação,*

*pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.*

29.1.1. Foram observados as normais internas da Portaria – EME/C Ex Nº 1.135, de 31 de agosto 2023, quanto a Política de Gestão Documental do Exército (EB10-P-01.009), na confecção do presente certame.

29.1.2. Em relação ao relatório preliminar de auditoria da 10ª CGCFEx, EB: 64258.000980/2025-31, que orienta a necessidade de procedimento interno que contemple a revisão formal e a aprovação da pesquisa de preços por autoridade competente antes da consolidação dos valores. Dessa forma, houve a aprovação formal do aprovo o relatório de pesquisa de preço pela autoridade competente.

### 30. Justificativa da natureza do material

30.1 A justificativa que permite classificar um bem como **material de consumo** está na sua durabilidade e na sua capacidade de perder a identidade física ou funcional após o uso. Embora o marcapasso tenha uma longa vida útil (geralmente entre 6 e 10 anos), ele se encaixa em uma categoria específica que se assemelha a materiais de consumo, especialmente quando analisado junto com os eletrodos.

30.1.1. Para entender essa classificação, podemos usar os seguintes critérios, que são comumente aplicados na administração pública:

- **Critério da Incorporabilidade:** Um bem é considerado de consumo se for destinado a ser incorporado a outro bem maior e não puder ser retirado sem prejudicar a sua funcionalidade. No caso do marcapasso, ele é um "pacote" que inclui o gerador e os eletrodos. Os **eletrodos** são a parte que efetivamente se conecta ao coração e, uma vez implantados, não podem ser retirados sem um procedimento cirúrgico invasivo, o que comprova sua "incorporabilidade" ao corpo do paciente. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já consolidou o entendimento de que os materiais e órteses necessários para uma cirurgia, como os eletrodos de um marcapasso, são parte indissociável do procedimento e devem ser cobertos.
- **Critério da Perecibilidade:** Este critério se aplica a bens que se deterioram ou perdem suas características com o tempo ou com o uso normal. A bateria do marcapasso, por exemplo, tem uma vida útil limitada e, uma vez esgotada, o gerador precisa ser substituído, o que o torna, de certa forma, "perecível".
- **Critério da Funcionalidade:** O marcapasso não funciona por si só. Ele é dependente dos eletrodos para cumprir sua função. Sem os eletrodos, ele é um objeto inútil. Por isso, considerá-lo separadamente dos seus acessórios é uma visão tecnicamente incorreta e que compromete a segurança e a eficácia do tratamento. O marcapasso, em sua totalidade, é um material que "se consome" na sua função de manter o ritmo cardíaco.

30.2 Não obstante, o marcapasso se encontra classificado na ND (natureza da despesa) 339030 que é aplicada a bens que, de forma geral, perdem sua identidade física em um curto período de tempo ou que não podem ser considerados bens duráveis, o que se coaduna com a essência do marcapasso, especialmente a dos seus eletrodos, que se encaixam nos critérios de material de consumo, pois é um bem que se incorpora ao corpo e cuja principal função depende de um componente perecível.

## 31. Princípio de Segregação de Funções

31.1. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trata da segregação de funções como um princípio fundamental, com o objetivo de aumentar a integridade e a transparência nas contratações públicas. O propósito é evitar que um único agente ou setor acumule funções incompatíveis que possam gerar conflitos de interesse, erros e fraudes.

31.1.1. Fundamento legal: O princípio da segregação de funções está previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021. Esse artigo apresenta um rol extenso de princípios que devem ser observados nas licitações e nos contratos, incluindo a segregação das funções.

31.1.2. Vedação de acúmulo de funções: A lei veda a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente em funções mais suscetíveis a riscos. A lógica é que o trabalho de um agente público seja verificado por outro, diminuindo a chance de ocultar irregularidades.

31.1.3. Atuação dos agentes de contratação: A Lei define que o processo licitatório será conduzido por um agente de contratação ou uma comissão de contratação, mas delimita as suas responsabilidades para evitar que eles atuem como "faz-tudo". Por exemplo, o agente de contratação deve se ater, na fase preparatória, ao acompanhamento e a diligências para o bom andamento processual, mas fica desobrigado de elaborar estudos preliminares, projetos, termos de referência e minutas de editais.

31.1.4. Fiscalização e planejamento: A legislação consolida o entendimento de que quem atua no planejamento da contratação não deve ser o responsável pela fiscalização da execução do contrato. Essa separação garante uma fiscalização imparcial e efetiva, pois o fiscal não tem interesse em ocultar possíveis falhas oriundas da fase de planejamento.

31.1.5. Reforço do controle interno: Ao separar as responsabilidades, a lei fortalece o controle interno da administração pública, pois o processo passa por diferentes olhares. Isso desestimula ações irregulares, promove a responsabilização e torna o processo mais confiável.

31.2. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem uma jurisprudência consolidada que reforça a obrigatoriedade da segregação de funções nas licitações. As decisões do Tribunal visam evitar conflitos de interesse, fraudes e erros, garantindo a integridade dos processos de contratação. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) incorporou e fortaleceu essa exigência, que já era uma prática exigida pelo TCU.

31.3. As principais diretrizes e vedações estabelecidas pelo TCU sobre a segregação de funções incluem:

31.3.1. Vedação de acúmulo de funções incompatíveis: É proibido que um mesmo agente público acumule funções estratégicas ou suscetíveis a riscos. A lógica é que o trabalho de um agente seja verificado por outro, o que diminui as chances de erros e irregularidades passarem despercebidos.

31.3.2. Separação entre planejamento e fiscalização: O agente que atua na fase de planejamento da contratação (elaboração do projeto básico, termo de referência ou pesquisa de preços) não deve ser o fiscal do contrato durante a sua execução. O TCU entende que essa separação garante a imparcialidade da fiscalização, pois o fiscal não tem interesse em ocultar possíveis falhas oriundas da fase de planejamento.

31.3.3. Proibição de pregoeiro na elaboração do edital: Em diversas decisões, o TCU considerou inadequada a prática de atribuir ao pregoeiro a responsabilidade pela elaboração do edital. O pregoeiro é o agente de condução do certame, e a acumulação dessas funções compromete a lisura da competição e a segregação de funções.

31.3.4. Necessidade de designação de agentes distintos: A designação de agentes públicos diferentes para atuar nas fases da licitação e da execução do contrato é uma determinação recorrente. Isso é especialmente importante em etapas sensíveis, como a solicitação, aprovação e contratação de materiais e serviços.

31.3.5. Reforço do controle interno: Ao separar as responsabilidades, o TCU busca fortalecer o controle interno da administração pública. O processo, ao passar por diferentes agentes, ganha mais credibilidade e integridade, desestimulando ações irregulares e promovendo a responsabilização.

#### 31.4. Exemplos de Acórdãos relevantes:

31.4.1. Acórdão 1.278/2020 - Primeira Câmara: O TCU determinou que a participação de servidor na fase interna do pregão (como integrante da equipe de planejamento) e na condução da licitação (como pregoeiro ou membro da equipe de apoio) viola os princípios da moralidade e da segregação de funções.

31.4.2. Acórdão 1.442/2015 - Plenário: Determinou a observância do princípio da segregação de funções, evitando o acúmulo de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização em um mesmo servidor.

31.4.3. Acórdão 5.840/2012 - 2ª Câmara: Abordou irregularidades em contratações da Funasa/RO, enfatizando que a concentração de funções de planejamento e execução em um mesmo servidor prejudica os controles internos e a fiscalização. A decisão veda o acúmulo de funções incompatíveis e recomenda a separação de papéis como requisitante, pregoeiro/membro de comissão, fiscal de contrato e responsável pelo atesto.

## 32. Disponibilidade de Programador

32.1 Justifica-se o pedido de um profissional programador de marcapasso e cardiodesfibrilador com conhecimento técnico, sem custos adicionais para a contratante, com base em três pilares principais: segurança do paciente, eficiência operacional e gestão de custos indiretos.

### 32.1.1 Segurança do Paciente e Qualidade do Procedimento.

32.1.1.1. Um profissional programador de marcapasso e cardiodesfibrilador com profundo conhecimento dos materiais e do manuseio dos equipamentos é crucial para a segurança do paciente. Ele garante que os insumos estejam em perfeito estado, que o material correto seja usado no momento certo e que a esterilização esteja adequada.

### 32.1.2. Eficiência Operacional e Redução de Riscos.

32.1.2.1. Quando um profissional programador de marcapasso e cardiodesfibrilador é especializado, o procedimento cirúrgico se torna mais rápido e fluido. A preparação pré-operatória é mais ágil e o profissional consegue antecipar as necessidades do cirurgião, minimizando atrasos.

### 32.1.3. Gestão de Custos Indiretos e Minimização de Perdas.

32.1.3.1. Além de o profissional ser "sem ônus" direto, ele ainda gera uma economia significativa para a contratante. Um manuseio correto dos insumos prolonga a vida útil dos mesmos, reduzindo a necessidade de reparos e substituições.

### **33. Prorrogação da Ata de Registro de Preço**

33.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº 14.133/2021).

33.2. Em regra, as prorrogações das Atas de Registros de Preços ocorrem em razão da necessidade de contratação do quantitativo registrado e ainda não contratado em momento posterior ao prazo de vigência inicial das Atas. Nesse sentido, a legislação permite que a Administração promova a prorrogação da Ata de Registro de Preços para, posteriormente, realizar a contratação do quantitativo remanescente.

33.3. Além disso, também é possível que a Administração verifique a necessidade e o interesse em contratar o mesmo quantitativo total para o ano subsequente. Desta feita, a pretensão em prorrogar a Ata de Registro de Preços, visando a contratação desse mesmo quantitativo por um novo período de 1 (um) ano, pode ser mais vantajoso e econômico do que a realização de um novo processo administrativo licitatório.

33.4. No entanto, é indispensável que essa possibilidade de renovação do quantitativo registrado seja avaliada na fase de planejamento da contratação e expressamente prevista em Edital e na Ata de Registro de Preços. Nesse sentido é o entendimento da Advocacia-Geral da União, exposto no PARECER n. 0075/2024/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 0028/2025 /GAB/DECOR/CGU/AGU, 0034/2025/GAB/DECOR/CGU/AGU e 0021/2025/SGPP/CGU/AGU (NUP 71000.062490/2024-61). Referido opinativo assim restou concluído:

33.5. Assim sendo, diante de todo o exposto, conclui-se que conferida vista coletiva aos órgãos jurídicos desta Advocacia-Geral da União e instruído os autos na forma do art. 39, II do Decreto nº 11.328, de 2023, manifestaram-se a CGAQ/SCGP/CGU/AGU, a CONJUR/CGU, a CONJUR/MGI, a PGFN, a CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e a CNLCA/CGU/AGU, convergindo o entendimento no sentido de que, com fulcro no art. 5º, 40, caput, e 84, da Lei 14.133/2021, e Decreto nº 11.462/2023, há possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços desde que:

- (a) seja comprovada a manutenção do preço vantajoso,
- (b) haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços,
- (c) o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação, e
- (d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

33.6. Caso prevista a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços conforme autorizado e nas condições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, pode igualmente ser prevista a prorrogação da vigência do termo de comodato, sempre, por certo, mediante a concordância da contratada e a formalização de termo aditivo ao termo de comodato.

33.7. Portanto, recomenda-se que a Equipe de Planejamento avalie e se manifeste expressamente nos artefatos de planejamento sobre a possibilidade ou não de renovação do quantitativo registrado em uma eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços.

33.8. Desarte, esse equipe de planejamento é de parecer que a A.R.P. seja renovada com os mesmos quantitativos totais originais, conforme jurisprudência exposta acima.

### **34. Definição elementos (seleção proposta)**

34.1. Modalidade de licitação escolhida:

34.1.1. Pregão.

34.1.2. Justificativa:

34.1.2.1. A modalidade Pregão é indicada quando a Administração precisa contratar bens ou serviços comuns, conforme a Lei 14.133/2021, cujo objeto em questão enquadra-se nesse caso, conforme verificado nesse ETP.

34.2. Critério de julgamento:

34.2.1. Menor Preço.

34.2.2. Justificativa:

34.2.2.1. O menor preço, aliado a lances competitivos, gera reduções significativas em relação ao preço inicialmente ofertado;

34.2.2.2. O critério é simples e mensurável, evitando subjetividade.

34.3. Modo de disputa:

34.3.1. Aberto e Fechado.

34.3.2. Justificativa:

34.3.2.1. Evita o “jogo de espera” entre licitantes;

34.3.2.2. Estimula descontos mais agressivos na proposta final;

34.3.2.3. Aumenta a competição qualificada;

34.3.2.4. Reduz o risco de manipulação de preços;

34.3.2.5. Maior previsibilidade para a Administração;

34.3.2.6. Adequado para objetos padronizados e alta concorrência.

## **35. Condições de aquisição e pagamento**

35.1. De acordo com o art. 40, I, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento dessa compra considerou as condições de aquisição e pagamento desse certame, de forma que as condições de aquisição e pagamento são semelhantes às do setor privado.

## **36. Estudo de viabilidade de comodato**

36.1. A modalidade comodato propicia a utilização de equipamentos de última geração, bem como atualizações e o acompanhamento constante das mudanças de metodologias, avanços tecnológicos, assistência Técnica 24h, substituição de peças e de equipamentos, quando necessário, sem custos adicionais para o HGeF. Adquirindo os produtos via Contrato de Comodato, garantimos o atendimento ininterrupto das manutenções corretivas e preventivas, possibilitando assim o perfeito funcionamento dos equipamentos e, conseqüentemente, nos garantindo o imediato atendimento aos nossos usuários.

36.2. Para os casos em questão, a aquisição desses equipamentos torna-se inadequada, devido a sua relação custo x benefício em face ao seu alto custo e do seu constante avanço tecnológico. Além do exposto acima, para um perfeito funcionamento dos equipamentos, o HGeF teria que contratar empresas para prestação de assistência técnica em eventuais manutenções dos mesmos.

36.3. Existe o risco de aquisição do equipamento e a descontinuidade da produção do referido insumo do mesmo, devido a incompatibilidade dos insumos atuais com os modelos anteriores, seja por mudança de tecnologia ou alterações nos formatos das conexões, levando a obsolescência do equipamento e consequente prejuízo ao serviço público.

36.4. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se no estudo de viabilidade de compra ou sistema de comodato que se segue:

**ESTUDO DE VIABILIDADE ENTRE COMPRA OU SISTEMA DE COMODATO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS.**

**1) Introdução**

36.5. Se você nunca ouviu falar do sistema de comodato de equipamentos, verifique seus conhecimentos e compreenda os benefícios dessa prática para os profissionais. Em última análise, esse método tem se tornado cada vez mais popular no país, ampliando o acesso a determinados dispositivos, e seu custo às vezes é um obstáculo. Isso ocorre em diversos setores da economia, pois os custos precisam ser racionalizados para garantir a qualidade e a eficiência de todos os processos. Se você não sabe qual a diferença entre comodato de equipamentos e a aquisição, iremos explicar como funciona o sistema de comodato de equipamentos , qual a diferença da compra quais as principais vantagens.

**2) Desenvolvimento**

36.6. Comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível, que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes. O contrato de comodato de equipamentos é um empréstimo de algum bem, fornecido gratuitamente. Nestes casos, os bens devem estar insolventes, ou seja, não podem ser substituídos por outros bens da mesma qualidade, tipo ou quantidade. Essa modalidade de empréstimo não envolve o pagamento ou recebimento de qualquer valor econômico.

36.7. Aquisição é o ato de tomar posse de alguma coisa, seja ele bens, produto, serviço ou conhecimentos. A aquisição é aquilo que foi adquirido, podendo essa aquisição ter sido feita de diversas formas, por uma compra, permuta, doação etc.

36.8. Quando questionado por qual a melhor opção para a contratação de serviços do laboratório, realizamos uma embasada pesquisa a cerca das vantagens e desvantagens de cada processo proposto, sendo eles comodato ou aquisição, que seguem explanados no texto que se segue.

36.9. Iniciamos assim com o processo de aquisição de equipamentos, uma pesquisa de mercado ressaltou os valores médios abaixo para compra dos principais equipamentos:

EQUIPAMENTO / VALOR	MANUTENÇÃO PREVENTIVA	ATENDIMENTO TÉCNICO P/ HORA	TREINAMENTO /ATENDIMENTO	MANUTENÇÃO CORRETIVA	DEPRECIACÃO E VIDA UTIL
Microbiologia Eq para 400 testes /h R\$ 800.000,00 a 1.200.000,00	R\$ 30.000,00 a R\$ 100.000,00 anuais	R\$ 300,00 a R\$ 520,00	R\$ 2.200,00 A R\$ 5.000,00	não foi possível mensurar o valor de manutenções corretivas, pois estas são variáveis	10% ao Ano com vida útil entre 4 e 15 anos.

Maq de Etiqueta R\$ 5.500 e a Maquina da Bobina R\$3.500	R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 anuais	R\$ 250,00 a R\$ 350,00	R\$ 500,00 A R\$ 1.000,00	não foi possível mensurar o valor de manutenções corretivas, pois estas são variáveis	10% ao Ano com vida útil entre 1 e 2 anos.
--	-------------------------------------	-------------------------	---------------------------	---	--

36.10. Os valores apurados representam o montante inicial de R\$ 1.209.000,00 para as duas principais linhas do laboratório.

36.11. Já a modalidade de contratação por contrato de comodato, não há custos iniciais, uma vez que Equipamentos, Manutenções Preventivas, Atendimento Técnico, Treinamentos, Manutenções Corretivas com substituições de peças 24 horas por dia, sete dias por semana, com total responsabilidade da empresa contratada, sem ônus para o contratante.

36.12. Durante o processo de contratação temos a opção de solicitarmos o ideal para adequação da rotina, lembrando que as necessidades são voláteis e podem mudar ao decorrer dos anos, vide exemplo do período de pandemia, para o contrato de comodato, existe fácil adequação as necessidades, e caso seja visto o envio de novos equipamentos para suprir a demanda criada, outro grande benefício é que a cada licitação você tem a certeza que receberá equipamentos novos ou com até 3 anos de uso, com uma fácil observação ao edital, assegurando assim que o laboratório sempre terá os equipamentos mais modernos para realização de suas demandas, e garantindo que em caso de descontinuação de produtos o fornecedor vencedor do certame, arque com as resoluções dos possíveis problemas gerados.

### 3) Conclusão

36.13. Concluimos os questionamentos com o entendimento que o contrato de comodato torna-se mais vantajoso para administração pública, por não requerer custos iniciais, não existirem custos surpresa, ter a certeza de sempre estar com os equipamentos mais modernos para execução dos serviços. Tal entendimento é reforçado com a criação da lei de licitação 14.133 de 1º de abril de 2021, onde permite atualmente a continuidade dos contratos por mais de 1 (um) ano.

## 37. Benefícios a serem alcançados com a contratação

37.1. Com a aquisição dos materiais médico-hospitalares ora elencados, espera-se a continuidade dos serviços prestados aos usuários do HGeF, de modo contínuo sem risco de interrupção no tratamento aos pacientes.

37.2. Com a aquisição de tais materiais médico-hospitalares, objetiva-se otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o SISTEMA SAMMED /FUSEX – na 10ª Guarnição Militar de Fortaleza, proporcionando o tratamento adequado e ininterrupto aos mesmos.

## 38. Providências a serem Adotadas

38.1. Não se vislumbra providências a serem tomadas pela administração especificamente para esse certame.



## 39. Possíveis Impactos Ambientais

39.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade socioambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - 8º Edição de outubro de 2025.

39.2. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

39.3. A Contratada deverá atender ainda, no que se aplica ao objeto, as condições de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, publicado no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União:

a) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

b) Apresentação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

b.1) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

c) Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

c.1) A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

## 40. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HELAINÉ CRISTINA ALVES DE VASCONCELOS**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 15:08:24.

**CLAUDINO CARVALHO CALDEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 14:24:19.

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminho á autoridade competente.

**CARLOS EDSON DE SOUSA CARNEIRO**

Presidente da equipe de planejamento da contratação



*Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 14:04:47.*

Despacho: Aprovo o presente ETP. Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de aquisições, licitações e Contratos (SALC) conforme proposto.

**ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 11:11:32.*

## **41. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **41.1. Justificativa da Viabilidade**

Ante as necessidades dos itens coligidos nesse ETP por esse nosocômio, somado ao respeito à legislação vigente tanto nos âmbitos ambiental e de economicidade, essa equipe é do parecer de viabilidade da contratação.